



AlepePrev

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA ALEPE

RELATÓRIO ANUAL 2013



Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

A Casa de Todos os Pernambucanos

| | |
|--|-----------|
| Mensagem da Diretoria Executiva | 5 |
| Fatos Relevantes no ano de 2013 | 6 |
| Gestão do Plano de Benefícios | 9 |
| População Amparada pelo ALEPEPREV | 9 |
| Perfil dos Participantes | 10 |
| Situação Atuarial do Plano ALEPEPREV | 12 |
| Evolução do Passivo Atuarial | 12 |
| Parecer Atuarial | 15 |
| Gestão dos Investimentos | 22 |
| Breve Histórico da Situação do Mercado Financeiro | 22 |
| Política de Investimentos | 24 |
| Plano de Benefícios Contribuição Definida | 24 |
| Plano de Gestão Administrativa | 28 |
| Resumo de Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos | 30 |
| Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios e PGA | 31 |
| Estratégias de Investimentos | 33 |
| Demonstrações Contábeis 2013 | 34 |
| Receitas Previdenciais | 34 |
| Demonstrações Contábeis Consolidadas | 34 |
| Notas Explicativas | 40 |
| Relatório dos Auditores Independentes | 53 |
| Parecer do Conselho Fiscal | 55 |
| Manifestação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV | 57 |
| Resumo do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos | 59 |
| Síntese da Situação Atuarial do Plano ALEPEPREV | 59 |
| Síntese dos Resultados dos Investimentos | 61 |
| Síntese da Situação Patrimonial | 68 |



AlepePrev

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DA ALEPE



Órgão de Administração e Fiscalização do ALEPEPREV

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Gildo Dantas Corrêia de Góis

Diretora Administrativa e Financeira

Flávia Zirpoli Sobral

Diretora de Segurança

Cristiana Maria Veloso Raphael

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares

Guilherme A. Uchoa Cavalcanti Pessoa de Melo
(Presidente, a partir de 01/01/2012)

Eduardo Gomes de Araújo
(conselheiro de 01/01/2012 a 31/12/2015)

José Raimundo Pimentel do Espírito Santo
(conselheiro de 01/01/2012 a 31/12/2015)

João Fernando Pontual Coutinho
(conselheiro de 01/01/2010 a 31/12/2013)

José Mario Duarte Coelho
(conselheiro de 01/01/2010 a 31/12/2013)

Jurandir Bezerra Lins
(conselheiro de 01/01/2010 a 31/12/2013)

Suplentes

Diogo Casé Moraes
(conselheiro de 01/01/2012 a 31/12/2015)

Mavíael Francisco de Moraes Cavalcanti
(conselheiro de 01/01/2012 a 31/12/2015)

Ignácio Raphael de Souto Júnior
(conselheiro de 01/01/2012 a 31/12/2015)

Pedro Eurico de Barros e Silva
(conselheiro de 01/01/2010 a 31/12/2013)

Theresa Maria de Andrade
(conselheira de 01/01/2010 a 31/12/2013)

CONSELHO FISCAL

Titulares

Ricardo Jose de Oliveira Costa
(Presidente, a partir de 01/01/2012)

Dirlayne Maria Almeida de Araújo
(conselheira de 01/01/2012 a 31/12/2015)

Aldo Azevedo Mota
(conselheiro de 01/01/2010 a 31/12/2013)

Venice de Cristo Leal
(conselheira de 01/01/2010 a 31/12/2013)

Suplentes

Francismar Mendes
(conselheiro de 01/01/2012 a 31/12/2015)

Valéria Regina R. Pontes Moraes
(conselheira de 01/01/2010 a 31/12/2013)



Mensagem da Diretoria Executiva

É com satisfação que apresentamos aos nossos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, o Relatório Anual 2013 do ALEPEPREV.

Este Relatório está estruturado, basicamente, em 04 (quatro) grandes itens:

- **Gestão do Plano de Benefícios**, onde são abordados os temas voltados à área de Previdência. Constam as informações relativas a quantidade e perfil dos Participantes, a Situação Atuarial do Plano ALEPEPREV, bem como, o Parecer Atuarial, elaborados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios.

- **Gestão dos Investimentos**, onde consta um breve histórico da Situação do Mercado Financeiro, a Política de Investimentos e o Resumo das Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos, além dos dados inerentes à Rentabilidade Patrimonial dos Planos e as Estratégias de Investimentos.

- **Demonstrações Contábeis 2013**, onde constam o Parecer da Auditoria Contábil, que tem por objetivo, informar a opinião dos Auditores Independentes, a respeito das demonstrações contábeis, no tocante a posição patrimonial e financeira do ALEPEPREV, o resultado de suas operações e o fluxo financeiro, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como, as receitas destinadas ao Programa Previdencial, além das demonstrações contábeis;

Pelo fato do Conselho Fiscal exercer um papel fundamental para o controle das ações dos administradores e o Conselho Deliberativo por representar o órgão máximo da Entidade, fizemos constar também deste Relatório, o Parecer e as Manifestações do Conselho Fiscal e Deliberativo, a respeito das Demonstrações Contábeis do ALEPEPREV, relativas ao exercício 2013.

- **Resumo do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos**, onde é apresentado um resumo dos resultados obtidos pelo ALEPEPREV no ano de 2013. Constam neste item, uma síntese da situação atuarial, bem como, dos resultados dos investimentos e da situação patrimonial do Plano ALEPEPREV no ano de 2013.

Vale ressaltar que no ano de 2013, as nossas ações foram focadas principalmente para os controles internos como um instrumento de governança corporativa, permitindo o adequado gerenciamento dos riscos, contribuindo para a perenidade da Entidade.

Os resultados de 2013 confirmam o acerto das estratégias e do modelo de gestão que vem sendo adotados pelo ALEPEPREV, fruto de um trabalho conjunto com todos os envolvidos (Patrocinadoras, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo, Colaboradores, Consultores, Participantes e Assistidos), aos quais agradecemos pelo empenho, colaboração e confiança.

Boa leitura,

Diretoria Executiva

1. Fiscalização PREVIC

No ano de 2012, o Plano de Benefícios operado pelo ALEPEPREV – Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, foi fiscalizado pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Como resultado do procedimento, foi emitido o Relatório de Fiscalização nº 03/2012/ERPE/PREVIC, de 29 de junho de 2012, recebido pela Entidade em 03 de julho de 2012.

Os objetivos expostos no preâmbulo do referido Relatório, invocaram a Supervisão Baseada em Risco (SBR) e a necessidade de ser exercido o *compliance* no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar. A verificação se deu em três macroáreas, abrangendo o período de 01/2009 a 12/2011:

- Governança;
- Previdência e Atuária e
- Investimentos.

Os procedimentos adotados seguiram a rotina da fiscalização padrão, a partir de documentos internos disponibilizados pela Entidade.

Como resultado, a Entidade elaborou um cronograma de atividades, aprovado pelo Conselho Fiscal e Deliberativo do ALEPEPREV, através das Atas da Terceira Reunião Extraordinária e da Quinta Reunião Extraordinária, datadas de 08 e 09 de outubro de 2012, respectivamente, com os devidos registros no Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal, visando o cumprimento às determinações e recomendações solicitadas pela fiscalização. Vale ressaltar que a Entidade não sofreu nenhuma multa ou penalidade por descumprimento à legislação vigente.

Os procedimentos encontram-se em fase de conclusão e todo o material relativo a referida fiscalização encontra-se na Entidade a disposição dos Participantes e Assistidos.

2. Composição da Diretoria Executiva do ALEPEPREV

Através da Ata da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 31 de janeiro de 2013 e mediante Termo de Posse de Membro da Diretoria Executiva, foi proclamado e dado à posse à Diretora de Seguridade do ALEPEPREV, Sr.^a Cristiana Maria Veloso Raphael, com mandato iniciando-se em 31 de janeiro de 2013 e encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

3. Alocação dos Recursos

Em julho de 2013, o ALEPEPREV implantou o processo de alocação dos recursos, mediante orientações proporcionadas pelo Estudo de ALM (sigla em inglês para *Asset Liability Management*, que define a macro-alocação “ótima” da carteira – ou seja, em quais investimentos e estratégias o Plano deve utilizar – em função da característica da massa de Participantes do Plano e do seu passivo atuarial) e passou a ter uma pequena diversificação em seu portfólio, agregando estratégias

de Renda Fixa Inflação, Renda Fixa Tradicional e Renda Variável.

4. Elaboração e aprovação do Modelo Proprietário de Risco

No mês de abril/2013, a Entidade concluiu a elaboração do Modelo Proprietário de Risco, que tem por objetivo, consolidar as práticas de gestão de riscos adotadas pelo ALEPEPREV, em consonância com o disposto nos Artigos 9º e 13º da Resolução CMN Nº 3.792/09 e no Artigo 12º da Resolução CGPC Nº 13/2004.

5. Contratação de um Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles

No mês de março/2013 o ALEPEPREV providenciou a contratação de um Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles, onde os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Entidade, serão continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados. Os trabalhos foram realizados, com a seguinte abrangência:

- a) Identificação dos riscos e controles;
- b) Elaboração das matrizes de riscos e controles;
- c) Medição dos riscos pelo grau de impacto e ocorrência;
- d) Identificação e avaliação dos controles preventivos e detectores que estão relacionados com os riscos identificados, de forma a propiciar o adequado ambiente de controle;
- e) Manual de Procedimentos;
- f) Implantação dos planos de ação;
- g) Elaboração dos relatórios para apresentação aos Órgãos Estatutários.

6. Certificação dos Dirigentes do ALEPEPREV

Vale ressaltar que em cumprimento a Resolução CMN nº 4275, de 31 de outubro de 2013, todos os membros da Diretoria Executiva e a maioria dos membros do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV encontram-se devidamente Certificados. Apesar da referida Resolução não exigir a certificação para os membros do Conselho Fiscal, a Entidade já conta com um membro titular Certificado. Entende que os Dirigentes e Conselheiros do ALEPEPREV devem ser selecionados com base em critérios técnicos, com vistas a garantir profissionais qualificados para o desempenho de suas funções.

7. Redução da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais do Plano ALEPEPREV

Mediante aprovação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o ALEPEPREV através da Ata da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 28 de novembro de 2013, aprovou a partir de 1º de janeiro/2014, a redução da taxa de juros atuarial de 5% a.a. para 4,5% a.a., entendendo

que essa taxa é mais aderente às expectativas de mercado, tendo sido utilizada nas Políticas de Investimentos 2014 e que tal modificação não implica em quaisquer riscos para o Plano de Benefícios, pois o mesmo está estruturado na modalidade de contribuição definida para todos os benefícios. Vale ressaltar que conforme decisão do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, a meta atuarial dos fundos de pensão, atualmente em 6% ao ano, será reduzida gradualmente até 4,5% ao ano em 2018. Para 2013, a taxa máxima real – descontada a inflação – de retorno dos fundos de pensão ficou estabelecida em 5,75% ao ano. Depois, a queda anual se mantém em 0,25 ponto percentual até chegar ao patamar estabelecido de 4,5% ao ano.

8. Redução do percentual da Contribuição Administrativa, recolhida mensalmente pelos Participantes, Assistidos e Patrocinadoras

Em virtude da aprovação do Plano de Acompanhamento do Custeio Administrativo 2012-2014 pelo Conselho Deliberativo do ALEPEPREV, registrada através da Ata da Terceira Reunião Extraordinária, realizada no dia 06 de fevereiro de 2012, a Diretoria Executiva autorizou a partir de 01 de janeiro de 2013, a redução do percentual da Contribuição Administrativa de 15% (quinze por cento) para 12% (doze por cento).

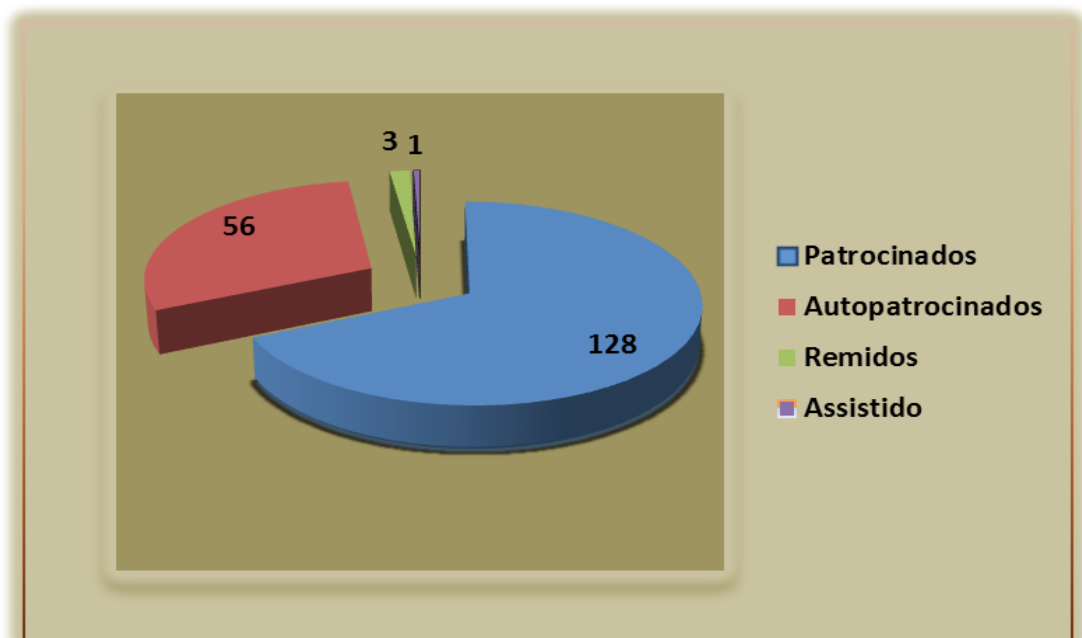
Vale ressaltar que conforme previsto no referido Plano de Acompanhamento do Custeio Administrativo, a redução da contribuição administrativa se dará de forma gradual, alcançando os 9% em 2014.

Gestão do Plano de Benefícios

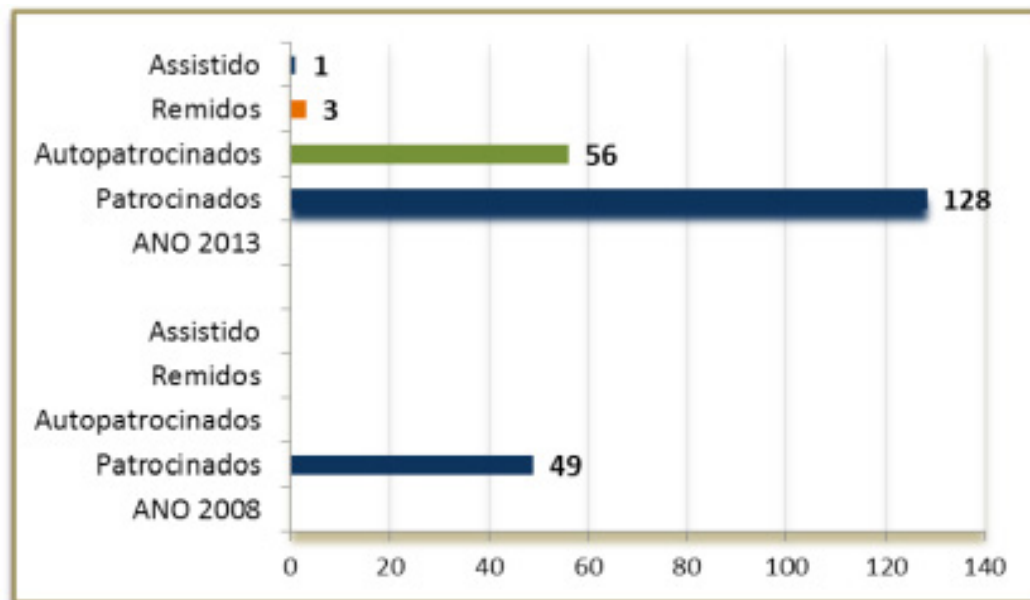
População Amparada pelo Plano ALEPEPREV

O Plano ALEPEPREV iniciou suas atividades no dia 31 de dezembro de 2008, contando com 49 (quarenta e nove) associados, encerrando o ano de 2013, com 187 (cento e oitenta e sete) Participantes e 01 (um) Assistido.

TOTAL DE PARTICIPANTES POR SITUAÇÃO



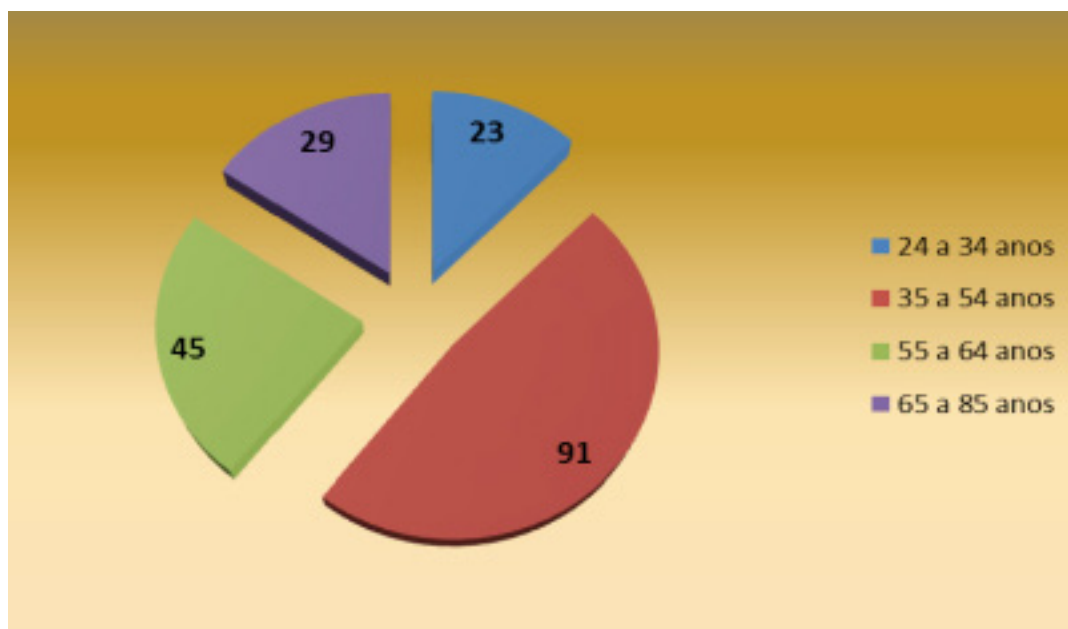
COMPARATIVO PARTICIPANTES POR SITUAÇÃO ANO 2008 X 2013



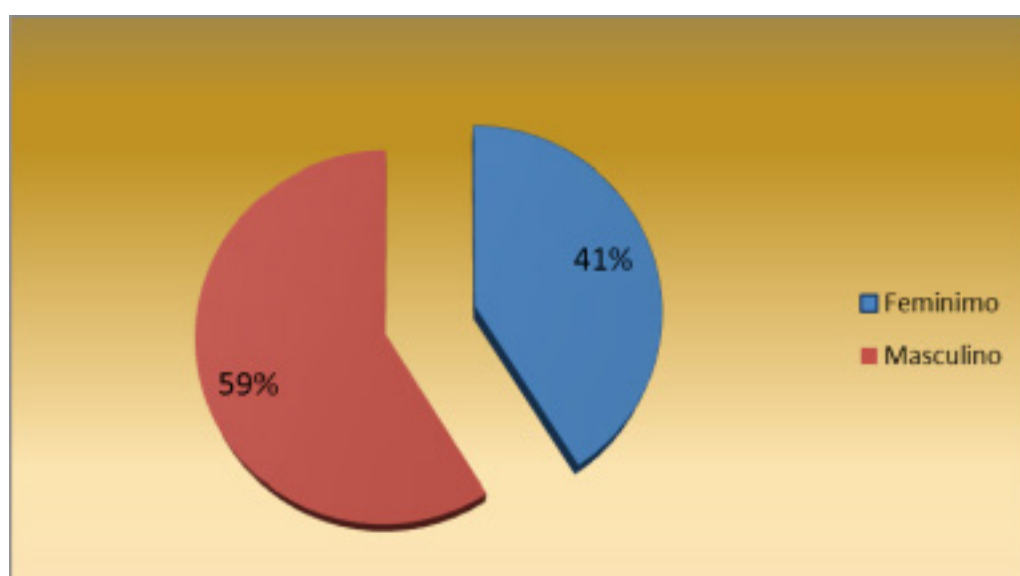
Perfil dos Participantes

Os quadros a seguir, informam o perfil dos Participantes e Assistido do ALEPEPREV, por faixa etária e por sexo. Podemos constatar que 49% (quarenta e nove por cento) dos Participantes e Assistido do Plano, encontram-se na faixa etária de 35 a 54 anos. Do total de 188 Participantes e Assistido, 41% (quarenta e um por cento) são do sexo feminino e 59% (cinquenta e nove por cento) do sexo masculino. Além dos Participantes e Assistido, o Plano ALEPEPREV conta atualmente com 215 (duzentos e quinze) dependentes.

PARTICIPANTES POR FAIXA ETÁRIA



QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR SEXO



Situação Atuarial do Plano ALEPEPREV

O Passivo Atuarial corresponde ao conjunto de obrigações de um plano de benefícios para com os seus participantes e assistidos. O Passivo Atuarial também é denominado de Reservas Matemáticas ou Provisões Matemáticas, e divide-se em Reserva Matemática de Benefício Concedido e Reserva Matemática de Benefício a Conceder.

A reserva matemática de benefícios concedidos se refere ao montante necessário para pagar os benefícios futuros de todos os assistidos, ou seja, das pessoas que estão em gozo de benefícios. A reserva matemática de benefícios a conceder é relativa aos recursos necessários para pagar os benefícios futuros dos participantes que ainda não estão em gozo de benefícios.

Evolução do Passivo Atuarial

As Provisões Matemáticas do plano ALEPEPREV eram, em 31/12/2013, iguais a R\$16.173.605,25, sendo compostas de R\$15.969.544,69, relativo às provisões matemáticas de benefícios a conceder, por R\$204.060,56, referente às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Patrimônio de Cobertura do Plano, conforme balancete de dezembro 2013 foi de R\$16.173.605,25, que proporciona a cobertura integral das Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios, demonstrando que o mesmo se encontra em situação atuarial equilibrada.

Os resultados da avaliação atuarial de encerramento de exercício, datada em 31/12/2013, são registrados na Demonstração Atuarial - DA e devidamente protocolados na PREVIC.

TABELA Nº 1 – RESULTADOS ATUARIAIS DO PLANO ALEPEPREV

| DA | 31/12/2012 | 31/12/2013 | Var % |
|---|--------------------------|--------------------------|----------------|
| Ativo Líquido do Plano | R\$ 16.477.611,40 | R\$ 16.173.605,25 | -1,84% |
| Provisões Matemáticas | R\$ 16.477.611,40 | R\$ 16.173.605,25 | -38,26% |
| Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos | R\$ 330.524,99 | R\$ 204.060,56 | -1,10% |
| Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder | R\$ 16.147.086,41 | R\$ 15.969.544,69 | -1,84% |

Comentários sobre a tabela nº 1:

- As variações ocorridas no exigível atuarial do plano são decorrentes de: a) do aporte de contribuições para os saldos de conta durante o exercício de 2013, que ocasiona a elevação das reservas matemáticas de benefício a conceder, que são compostas pelos referidos saldos de conta; b) do não atingimento da meta

atuarial do plano, composta pelo INPC + juros de 5% a.a., conforme registrado no relatório de investimentos; e c) do pagamento de benefícios e de resgates ao longo do ano, que reduz os saldos de conta.

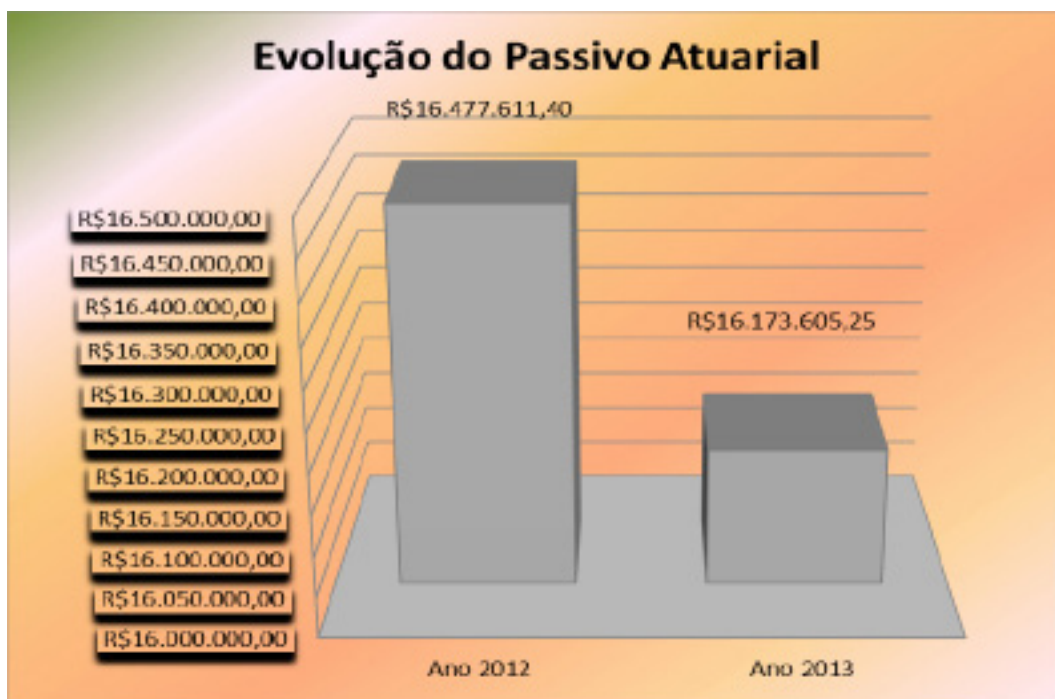
- Segundo consta do Relatório de Análise dos Investimentos referente a dezembro de 2013, a rentabilidade no exercício do plano CD foi igual a -9,07% a.a. (Relatório de Análise dos Investimentos, dezembro/2013, página 4, gráfico nº 1), o que impactou no valor da cota do plano e reduziu as provisões matemáticas de benefício a conceder e de benefício concedido mensuradas na moeda Real.

- Os gráficos nos 1 e 2 mostram os resultados da tabela nº 1.

Gráfico 1 – Variações dos Resultados Atuariais



Gráfico 2 – Evolução do Passivo Atuarial



Cabe, ainda, ressaltar a evolução da ordem de 29,01% dos fundos administrativos, que por sua vez, saltou de R\$ 1.973.169,14 (em 2012) para R\$ 2.545.586,01 (em 2013) conforme pode ser observado no gráfico nº 3. As causas dessa variação estão sendo apresentadas em tópico específico deste relatório.

Gráfico 3 – Crescimento do Fundo Administrativo em 2013



Parecer Atuarial

1. Considerações Preliminares

Este parecer atuarial, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do Plano ALEPEPREV, patrocinado pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, e tem por objetivo apresentar nossas considerações nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução PREVIC nº 9, de 14/12/2010, estando avaliado na posição de 31/12/2013.

A avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial.

2. Qualidade da Base Cadastral utilizada

A base cadastral foi avaliada pela consultoria atuarial e julgada adequada para a realização da avaliação atuarial. Outras informações foram disponibilizadas em planilhas e em mensagens eletrônicas. Todas as informações são de responsabilidade do ALEPEPREV e relativas à posição de 31/12/2013.

Foram realizados testes de consistência nos dados cadastrais, os quais se mostraram de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante que são de interesse para o estudo atuarial.

Os valores dos saldos de conta que constam da base de dados foram confrontados com os valores efetivamente registrados no balancete e conclui-se que os montantes registrados contabilmente refletem os saldos de conta e contribuições informados na base de dados.

3. Hipóteses Biométricas, Método Atuarial e Regime Financeiro

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial estão relacionadas abaixo:

- Taxa Real Anual de Juros: 4,5% a.a.;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários: 100,00%;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade: 100,00%;
- Hipóteses sobre gerações futuras de novos entrados: Não considerado;
- Hipótese sobre rotatividade: Nula;
- Tábua de mortalidade geral: AT-83;
- Tábua de mortalidade de inválido: AT-83.

Por se tratar de um plano de contribuição definida, as hipóteses atuariais não têm qualquer efeito no cálculo das provisões matemáticas, pois as mesmas são definidas em função das contribuições aportadas ao plano e dos rendimentos patrimoniais.

Os resultados aqui apresentados foram obtidos com base nos dados cadas-

trais posicionados em dezembro de 2013 e nas informações contábeis relativas aos saldos de conta extraídas do balancete de dezembro de 2013 encaminhado pelo ALEPEPREV, bem como em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

O plano sob análise é estruturado na modalidade de contribuição definida para todos os benefícios, inclusive os de risco. Os benefícios são calculados com base nos saldos da conta benefício, e pagos na forma de rendas temporárias ou vitalícias em cotas, sendo que as rendas vitalícias são definidas em função da expectativa de vida do beneficiário ou por prazo determinado.

Os benefícios abrangidos pelo plano são:

- Renda Mensal de Aposentadoria Voluntária;
- Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez Permanente;
- Renda Mensal por Morte de Participante Ativo;
- Renda Mensal por Morte de Participante Assistido.

A entidade mantém, junto à seguradora autorizada a operar no mercado brasileiro, seguro cujo objetivo é reforçar os saldos de conta individual nos casos em que forem concedidos benefícios decorrentes de invalidez e morte. O cálculo do capital segurado é feito conforme determina o art. 58 do regulamento do plano de benefícios, que disciplina a forma de cálculo da Parcela Adicional de Risco (PAR), base para a determinação do seguro. Dessa forma, mesmo para os benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte o plano continua a ser de contribuição definida, cujos benefícios são calculados em função do montante acumulado no saldo de conta individual do participante, incluídas as contribuições da patrocinadora e as respectivas rentabilidades patrimoniais.

4. Adequação dos Métodos de Financiamento aplicados para o Regime Financeiro de Capitalização dos Benefícios do Plano em 2013

O método atuarial – capitalização financeira – e o regime financeiro – de capitalização para todos os benefícios – encontram-se apropriadamente empregados nas avaliações deste plano de benefícios. Em comparação à avaliação atuarial de 31/12/2012 não ocorreram modificações, seja do método, seja do regime financeiro.

5. Ativo Líquido do Plano de Benefícios, Provisões Matemáticas e Resultado Atuarial

Ativo Líquido do Plano de Benefícios

O Quadro nº 1 demonstra o resultado do ativo líquido do Plano em 31/12/2013.

Quadro N ° 1 – Demonstrativo de Cálculo do Ativo Líquido do Plano

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Ativo Total | R\$ 18.842.537,43 | R\$ 18.784.065,07 |
| Exigível Operacional | R\$ 97.346,17 | R\$ 223.593,41 |
| Exigível Contingencial | R\$ 26.000,00 | R\$ 109.691,12 |
| Fundo Administrativo | R\$ 2.545.586,01 | R\$ 1.973.169,14 |
| Ativo Líquido | R\$ 16.173.605,25 | R\$ 16.477.611,40 |

Fonte: Balancetes do ALEPEPREV

Em 31/12/2013, o plano contava com 187 participantes ativos, sendo 110 do sexo masculino e 77 do sexo feminino. Existe apenas um assistido na data-base desta reavaliação atuarial.

Provisões Matemáticas e Resultado Atuarial

Os valores das provisões matemáticas, do ativo líquido do plano e o resultado atuarial encontram-se detalhados no Quadro nº 2.

Quadro Nº 2 – Provisões Matemáticas, Ativo Líquido e Resultado Atuarial do Plano

| Rubrica | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo Líquido do Plano | R\$ 16.173.605,25 | R\$ 16.477.611,40 |
| Exigível Atuarial | R\$ 16.173.605,25 | R\$ 16.477.611,40 |
| Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos | R\$ 204.060,56 | R\$ 330.524,99 |
| Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder | R\$ 15.969.544,69 | R\$ 16.147.086,41 |

Conforme o Quadro nº 2, as provisões matemáticas do plano ALEPEPREV eram, em 31/12/2013, iguais a R\$ 16.173.605,25, sendo compostas de R\$ 15.969.544,69, relativo às provisões matemáticas de benefícios a conceder, por R\$ 204.060,56, referente às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

No balancete de dezembro de 2013 está registrado como saldo do patrimônio de cobertura do plano o montante de R\$ 16.173.605,25, que proporciona cobertura integral das provisões matemáticas do plano de benefícios, demonstrando que o mesmo se encontra em situação atuarial equilibrada.

O plano de benefícios conta, ainda, com saldo registrado na conta de fundos, cujo montante é de R\$ 2.545.586,01. Esse valor está escriturado na conta de fundos administrativos, não tendo natureza previdencial.

6. Variação do Resultado no Exercício 2013 em Comparação com o Ano Anterior e suas Causas

O quadro nº 3 demonstra as variações dos resultados do Plano.

Quadro Nº 3 – Comparativo da Variação do Resultado do Plano entre 31/12/2012 e 31/12/2013

| ITEM | 31/12/2013 | 31/12/2012 | VARIAÇÃO |
|------------------------|-------------------|-------------------|----------|
| PROVISÕES MATEMÁTICAS | R\$ 16.173.605,25 | R\$ 16.477.611,40 | (1,84%) |
| Benefícios Concedidos | R\$ 204.060,56 | R\$ 330.524,99 | (38,26%) |
| Benefícios a Conceder | R\$ 15.969.544,69 | R\$ 16.147.086,41 | (1,10%) |
| ATIVO LÍQUIDO DO PLANO | R\$ 16.173.605,25 | R\$ 16.477.611,40 | (1,84%) |
| RESULTADO | - | - | - |

As variações ocorridas no exigível atuarial do plano são decorrentes de: a) do aporte de contribuições para os saldos de conta durante o exercício de 2013, que ocasiona a elevação das reservas matemáticas de benefício a conceder, que são compostas pelos referidos saldos de conta; b) do não atingimento da meta atuarial do plano, composta pelo INPC + juros de 5% a.a., conforme registrado no relatório de investimentos.

Segundo consta do Relatório de Análise dos Investimentos referente a dezembro de 2013, a rentabilidade no exercício do plano CD foi igual a -9,07% a.a. (Relatório de Análise dos Investimentos, dezembro/2013, página 4, gráfico 1), o que impactou no valor da cota do plano e reduziu as provisões matemáticas de benefício a conceder e de benefício concedido mensuradas na moeda Real.

7. Comparativo dos Custos para o Exercício de 2014 em relação ao Exercício Anterior

Os custos dos benefícios do plano estão apresentados no Quadro nº 4 e representam os percentuais incidentes sobre os salários-de-contribuição, tendo sido calculados a partir das informações cadastrais enviadas pelo ALEPEPREV.

Quadro Nº 4 – custos em 31/12/2013 – Taxas médias

| TIPO DE CUSTO | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|--|------------|--------------|
| Benefícios | | 8,98% |
| Programados ¹ | | 7,93% |
| Risco (invalidez e morte) ² | | 1,05% |
| Suplementar ³ | | 0,00% |
| Administrativo³ | | 0,89% |
| Custo Total | - | 9,87% |

Notas: (1) calculado com base nos montantes de contribuições normais e facultativas, de participante e patrocinadora, registrados no cadastro, divididos pelo total dos salários-de-contribuição; (2) calcula-

do com base nos montantes de contribuições de risco, de participantes e patrocinadoras, registrados no cadastro, divididos pelo total dos salários-de-contribuição; (3) não há mais contribuição suplementar, pois houve a liquidação do contrato de dívida do serviço passado; (4) calculado com base na taxa de custeio administrativo de 9%, incidente sobre o custo total; (5) para o cálculo dos custos foram usados os valores de contribuição referentes a dezembro de 2013.

Os custos dos benefícios decorrentes de invalidez e morte são calculados anualmente pela seguradora contratada com base na Parcela Adicional de Risco (PAR).

No Quadro nº 5 está apresentado o plano de custeio para 2014, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-contribuição. As alíquotas de contribuição dos benefícios programados representam as taxas médias estimadas para o exercício, pois a regra de cálculo da contribuição está definida nos artigos do regulamento do plano de benefícios que tratam do plano de custeio. No caso dos benefícios de risco, as alíquotas de contribuição dependerão dos cálculos a serem efetuados pela seguradora quando da renovação da apólice de seguro que dá suporte financeiro ao custeio dos benefícios decorrentes de invalidez e morte.

Quadro Nº 5 – Plano de custeio para 2014 Alíquotas médias de contribuição

| Tipo de Custeio | Taxas Médias |
|---------------------------|--------------|
| Patrocinadora | 4,06% |
| Normal | 4,06% |
| Amortizante | 0,00% |
| Participante Ativo | 5,81% |
| Normal | 5,81% |
| Custo Total | - |
| Patrocinadora | 4,06% |
| Participante | 5,81% |

Nota: (1) Os assistidos contribuirão apenas para o custeio administrativo do plano, cuja alíquota de contribuição é resultante da divisão da contribuição administrativa, paga no momento da concessão do benefício, pelo valor do benefício inicial concedido pelo ALEPEPREV; (2) Para 2014 será adotado o custeio administrativo com percentual igual a 9% das receitas de contribuição relativas às contribuições normais e facultativas.

8. Exposições do Grupo de Custeio aos Riscos Atuariais e Medidas Adotadas para Mitigação dos mesmos

Dado que o plano de benefícios está estruturado na modalidade de contribuição definida, o mesmo não se encontra exposto a risco de natureza atuarial.

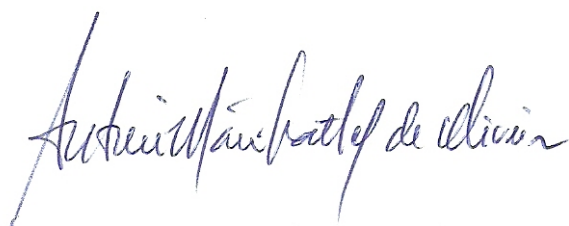
9. Natureza do Resultado do Plano em 2013

Por se tratar de um plano de contribuição definida, não houve resultado atuarial para o plano de benefícios no exercício encerrado em 31/12/2013.

10. Certificação Atuarial

Do exposto, nossa opinião é que o plano de benefícios ALEPEPREV apresenta situação atuarial equilibrada, não tendo registrado quaisquer insuficiências ao longo do exercício social de 2013, estando em ritmo de capitalização compatível com as suas necessidades futuras.

Este é o nosso parecer.
Brasília – DF, 12 de fevereiro de 2014.

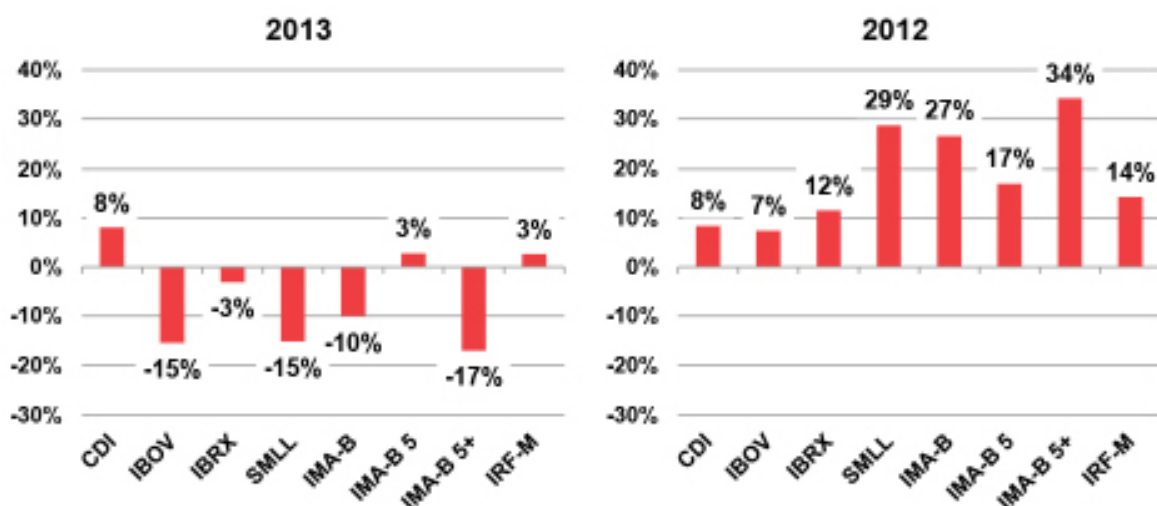


Antonio Mário Rattes de Oliveira - MIBA 1.162



Breve Histórico da Situação do Mercado Financeiro

O ano de 2013 foi marcado por diversos fatores que convergiram para ser um dos piores anos para os investimentos no mercado brasileiro. Nem mesmo em 2008, quando eclodiu a crise financeira internacional, a desvalorização dos ativos brasileiros se estendeu a tantas modalidades. O CDI acumulado em 2013 ficou em apenas 8,06%, o pior retorno da série histórica. Os títulos públicos de renda fixa atrelados à inflação tiveram queda de 10% em média, sendo que esses papéis com vencimentos mais longos apresentaram queda em torno de 17% no ano, enquanto o Ibovespa recuou mais de 15%. O gráfico abaixo mostra o retorno de indicadores das aplicações mais recorrentes na carteira dos grandes investidores brasileiros.



Em 2012 apesar do fraco desempenho do Ibovespa e do Ibr-X 100, os ativos de renda fixa foram bem e, na renda variável, aqueles que diversificaram alocando em Small Caps (SMLL) tiveram uma melhor contribuição da renda variável. Em 2013, porém, a perda de valor dos ativos foi generalizada e atingiu praticamente todas as modalidades.

Essa onda negativa atingiu os investidores justamente no momento em que ganhava força um movimento de diversificação das carteiras. O Governo Federal sinalizava já há algum tempo sua intenção de manter em patamares baixos a taxa básica de juros. O objetivo era aproximar os juros brasileiros do padrão dos países desenvolvidos. Diante desse discurso, os investidores criaram a expectativa de que os juros ficariam baixos e a inflação alta. A alternativa, portanto, era diversificar. E foi isso o que fez a maior parte dos fundos de pensão, seguradoras, fundos de previdência aberta e demais poupadores de longo prazo.

Ao longo de 2013, entretanto, a postura do Governo Federal com relação às contas públicas e às prioridades de investimento, bem como a sinalização do Banco Central norte-americano de que os juros deveriam voltar a subir por lá, mudou drasticamente a leitura do mercado com relação ao valor justo dos ativos brasileiros. Os investidores estrangeiros foram os primeiros a reagir, vendendo parte das aplicações e redirecionando os recursos para outros mercados. O impacto desse

movimento na taxa de câmbio foi imediato. Também foi imediato o impacto no preço das ações e dos títulos públicos de longo prazo, que se desvalorizaram fortemente.

Após esse primeiro movimento de fuga, revisões de alguns analistas econômicos davam conta de que os gargalos de infraestrutura e de produtividade (como a baixa oferta de mão-de-obra qualificada) poderiam limitar ainda mais o crescimento do Brasil. Trimestre a trimestre, os resultados oficiais do PIB (Produto Interno Bruto) confirmavam a leitura de que as promessas de crescimento do Governo Federal não eram factíveis. Essa sequência de notícias negativas passou então a contaminar inclusive a percepção dos investidores locais. Muitos passaram a se desfazer de algumas posições, intensificando o processo de desvalorização dos ativos.

Em meio a esse cenário adverso o ALEPEPREV manteve a estratégia de alocação dos recursos atrelados a um fundo de títulos públicos de longo prazo. Em julho de 2013, implantou o processo de alocação mediante orientações proporcionadas pelo Estudo de ALM (sigla em inglês para Asset Liability Management, que define a macro-alocação "ótima" da carteira – ou seja, em quais investimentos e estratégias o Plano deve utilizar – em função da característica da massa de Participantes do Plano e do seu passivo atuarial), e passou a ter uma pequena diversificação em seu portfólio, agregando estratégias de renda fixa inflação, renda fixa tradicional e renda variável. Neste contexto, a volatilidade do mercado em 2013 atingiu não só o ALEPEPREV, como também toda a indústria de fundos de pensão.

Cabe o desafio de o ALEPEPREV voltar a superar a meta de retorno do Plano, o que se verificou nos últimos 4 anos anteriores ao fechamento de 2013, sempre dentro de parâmetros de riscos consideráveis confortáveis para o Plano e dentro de padrões de segurança e solvência.

Política de Investimentos para o ano de 2014

Os resumos das Políticas de Investimentos, exercício 2014, do Plano ALEPEPREV, instituído na modalidade de Contribuição Definida – CD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, foram extraídos da Política de Investimentos do ALEPEPREV, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 28 de novembro de 2013. Essas Políticas têm como objetivo principal, estabelecer as diretrizes e as condições gerais do processo de gestão dos recursos garantidores das reservas da Entidade, definindo os parâmetros para a avaliação de oportunidade e de risco, com o propósito primordial de otimizar os resultados e preservar o equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios.

Os parâmetros definidos nas Políticas de Investimentos do ALEPEPREV estão embasados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e em suas alterações subsequentes, (mais recentemente, a Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013). Adicionalmente, as estruturas de gestão e regras de controle estabelecidas, estão em conformidade com o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano de Benefícios Contribuição Definida

Os limites, controles e procedimentos apresentados ao longo deste Documento se aplicam ao seguinte Plano de Benefícios:

| | |
|------------------------|--|
| Plano | Plano de Benefícios ALEPEPREV |
| Modalidade | CD (Contribuição Definida) |
| Meta de retorno | INPC +4,5% ao ano |
| CNPB* | 2008004856 |
| AETQ** | Sra. Flávia Zirpoli Sobral, certificada EI01922 (26/09/2012) |

* Cadastro Nacional de Planos de Benefícios; ** Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: conforme estipulado pelo artigo 7º da Resolução CMN nº 3.792/2009, o AETQ, responderá por todos os segmentos referidos nesta Política. Em atendimento ao inciso I do parágrafo 2º do artigo 8º da citada Resolução, o AETQ atende às suas exigências, tendo sido certificada sob nº EI01922 em 26/09/12 (emitida pelo ICSS).

1. Diretrizes para Alocação de Recursos

As diretrizes que norteiam a Política de Investimentos do ALEPEPREV constituem um conjunto de princípios e procedimentos aos quais todos os envolvidos, sejam eles executivos, gestores, administradores, auditores e consultores, aderem de forma irrevogável.

2. Alocação de Recursos para o Plano

A Tabela 1 a seguir apresenta a alocação estratégica do Plano de Benefícios do ALEPEPREV, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 3.792/09, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação.

Tabela 1

| Segmento / Modalidade | Alocação (%) | | | Meta de Retorno | Índice de Referência (Benchmark) |
|---------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------------------|----------------------------------|
| | Objetivo | Mínimo | Máximo | | |
| Segmento de Renda Fixa | 98,76 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 4,5% ao ano |
| Renda Fixa CDI (Tradicional) | 3,88 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI |
| Renda Fixa Inflação | 87,74 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | IMA-B |
| Renda Fixa Crédito CDI* | 4,29 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI + 1% ao ano |
| Renda Fixa Crédito Inflação* | 2,85 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 6,0% ao ano |
| Segmento de Renda Variável | 1,24 | 0,00 | 10,00 | INPC + 10% ao ano | IBOVESPA |
| Segmento de Inv. Estruturados | 0,00 | 0,00 | 5,00 | INPC + 8% ao ano | INPC + 8% ao ano |
| Segmento de Inv. no Exterior** | 0,00 | 0,00 | 5,00 | NA | NA |
| Segmento de Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |
| Segmento de Op. Participantes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |

* Como as alocações nessas classes são relativamente baixas, os investimentos nas mesmas podem ser realizados através de fundos de investimentos; ** O ALEPEPREV não realizará investimentos diretos em ativos classificados como "Investimento no Exterior". Entretanto, é permitido o investimento indireto, através de fundos de ações e multimercados que detenham BDRs em sua carteira, respeitando-se tanto o regulamento do fundo quanto o limite legal de alocação, conforme a coluna de Limite Superior; NA: Não Aplicável.

A alocação objetivo é resultado do Estudo de ALM e é uma referência para a distribuição dos investimentos entre os segmentos de aplicação estabelecidos pela legislação vigente. Entende-se, no entanto, que a carteira de investimentos pode apresentar uma composição diferente da alocação objetivo, desde que respeite os limites inferiores e superiores estabelecidos pela Política de Investimentos. Cabe ressaltar, também, que a não-aderência a essa alocação não configura nenhum tipo de desenquadramento.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados pelo ALEPEPREV – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do Plano de Benefícios.

3. Avaliação e Controle de Riscos - Gestão do Plano

No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco atuarial;
- Desenquadramento;
- Risco operacional;
- Risco legal; e
- Risco sistêmico.

Estes riscos serão avaliados, controlados e monitorados constantemente pelo ALEPEPREV, conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano. Outros riscos que eventualmente venham a ser identificados serão tratados no próprio processo de controles internos da Entidade.

Especificamente para gestão do risco operacional, foram estabelecidos procedimentos que visam mapear as rotinas de trabalho e promover a adoção das melhores práticas de governança, em linha com o que estabelece o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão.

Esses procedimentos são constantemente avaliados e buscam mitigar os riscos decorrentes de controles inadequados, de falhas de gerenciamento e de erros humanos.

Dentre os esforços para reduzir os riscos operacionais decorrentes de erros humanos, cabe destacar o plano de certificação dos profissionais envolvidos no processo decisório dos investimentos, onde o ALEPEPREV, visando o cumprimento ao estabelecido no Artigo 8º da Resolução CMN 3.792/2009, vem adotando como estratégias, a certificação por experiência e por provas. Para atender a esta segunda estratégia, a Entidade promoveu no mês de novembro/12, um treinamento institucional, ministrado pela FIPECAFI para fins de Certificação CPA 20 – ANBIMA.

Vale ressaltar que no mês de março/2013, por recomendação do Conselho Fiscal e mediante aprovação do Conselho Deliberativo, através das Atas da 3ª e 5ª Reunião Extraordinária, datadas de 08 e 09 de agosto/2012, o ALEPEPREV providenciou a contratação de um Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles Internos, visando a elaboração das matrizes de riscos e controles, bem como, o devido monitoramento dos riscos, em cumprimento à Resolução CGPC 13/2004.

4. Avaliação e Controle de Riscos - Recomendação PREVIC

Conforme preconiza o GUIA PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, sempre que houver a necessidade de investimento em classes de ativos ou mesmo em segmentos que ainda não tenham sido explorados, serão observados alguns pontos adicionais:

- Na avaliação do investimento em questão, deve-se ponderar o motivo pelo qual a classe está sendo avaliada;
- Os riscos relacionados ao investimento devem ser especialmente explorados, para que todos os envolvidos tenham ciência das características específicas desse investimento; e
- A alocação inicial será reduzida, de forma a causar pouco impacto no plano, e poderá ser aumentada à medida que o grau de conhecimento do investimento aumente.

Plano de Gestão Administrativa

A Meta de Rentabilidade do PGA do ALEPEPREV é INPC + 4,5% ao ano.

1. Diretrizes para Alocação de Recursos

As diretrizes que norteiam a Política de Investimentos do PGA do ALEPEPREV constituem um conjunto de princípios e procedimentos aos quais todos os envolvidos, sejam eles executivos, gestores, administradores, auditores e consultores, adorem de forma irrevogável.

2. Alocação de Recursos para o Plano

A Tabela 2 a seguir apresenta a alocação estratégica do PGA, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 3.792/09, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação.

Tabela 2

| Segmento / Modalidade | Alocação (%) | | | Meta de Retorno | Índice de Referência (Benchmark) |
|--------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------------------|----------------------------------|
| | Objetivo | Mínimo | Máximo | | |
| Segmento de Renda Fixa | 98,76 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 4,5% ao ano |
| Renda Fixa CDI (Tradicional) | 3,88 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI |
| Renda Fixa Inflação | 87,74 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | IMA-B |
| Renda Fixa Crédito CDI* | 4,29 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI + 1% ao ano |
| Renda Fixa Crédito Inflação* | 2,85 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 6,0% ao ano |
| Segmento de Renda Variável | 1,24 | 0,00 | 10,00 | INPC + 10% ao ano | IBOVESPA |
| Segmento de Inv. Estruturados | 0,00 | 0,00 | 5,00 | INPC + 8% ao ano | INPC + 8% ao ano |
| Segmento de Inv. no Exterior** | 0,00 | 0,00 | 5,00 | NA | NA |
| Segmento de Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |
| Segmento de Op. Participantes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |

* Como as alocações nessas classes são relativamente baixas, os investimentos nas mesmas podem ser realizados através de fundos de investimentos; ** O ALEPEPREV não realizará investimentos diretos em ativos classificados como "Investimento no Exterior". Entretanto, é permitido o investimento indireto, através de fundos de ações e multimercados que detenham BDRs em sua carteira, respeitando-se tanto o regulamento do fundo quanto o limite legal de alocação, conforme a coluna de Limite Superior; NA: Não Aplicável.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está, evidentemente, sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta de rentabilidade reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados pelo ALEPEPREV – rentabilidade esta que, normalmente, apresenta menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do PGA.

3. Avaliação e Controle de Riscos

No processo de gestão do PGA, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Desenquadramento;
- Risco operacional;
- Risco legal; e
- Risco sistêmico.

Estes riscos serão avaliados, controlados e monitorados constantemente pelo ALEPEPREV conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do PGA. Outros riscos que eventualmente venham a ser identificados serão tratados no próprio processo de controles internos da Entidade.

Resumo de Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos

Resumo do Exercício 2013

Alocação dos Recursos Aplicados Plano de Benefícios Contribuição Definida

Tabela 3

| Plano: Plano de Contribuição Definida - ALEPEPREV | | | |
|---|----------------------|---|----------------------|
| Disponível | 12,556.39 | Exigível Contingencial Investimentos | 0.00 |
| Renda Fixa | 0.00 | Imóveis | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Renda Variável | 0.00 | Empréstimos e Financiamentos | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Fundos de Investimentos | 16,183,565.21 | Total de Investimentos | 16,196,121.61 |
| Renda Fixa | 15,881,300.22 | | |
| Renda Variável | 302,265.00 | Total de Investimentos Declarados | 16,196,121.61 |
| Direitos Creditório (FIDC) | 0.00 | | |
| Participação (FIP) | 0.00 | Diferença | 0.00 |
| Imobiliário (FII) | 0.00 | | |
| Empresas Emergentes (FMEE) | 0.00 | | |
| Investimentos no Exterior (FIEX) | 0.00 | | |

Podemos observar na tabela acima que o Plano ALEPEPREV, considerando a posição do fechamento de 2013, investia aproximadamente 98% no segmento de Renda Fixa e 2% no segmento de Renda Variável. Basicamente, esses recursos estavam alocados em quatro fundos de gestores distintos (buscando a segregação dos investimentos), a saber: Caixa Econômica Federal e Bradesco, representando aproximadamente 83% dos recursos. Esses dois fundos possuem estratégias de Renda Fixa inflação, ou seja, fundos que aplicam em títulos públicos e privados atrelados ao IPCA, sendo sua maior parcela alocada em títulos públicos federais. No Banco do Brasil o Plano possui alocação em um fundo de Renda Fixa tradicional que corresponde a aproximadamente 15% dos recursos e sua maior parcela alocada em títulos públicos atrelados a taxa de juros básica da economia. Por fim, a alocação no fundo de Renda Variável é feita através da JGP Investimentos em um fundo com gestão ativa. Os investimentos do ALEPEPREV em títulos públicos federais representavam aproximadamente 85% dos recursos do Plano, que são os investimentos considerados como de menor risco de crédito.

Alocação dos Recursos Aplicados Plano de Gestão Administrativa

Tabela 4

| Plano: Plano de Gestão Administrativa - ALEPEPREV | | | |
|--|---------------------|---|---------------------|
| Disponível | 7,110.84 | Exigível Contingencial Investimentos | 0.00 |
| Renda Fixa | 0.00 | Imóveis | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Renda Variável | 0.00 | Empréstimos e Financiamentos | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Fundos de Investimentos | 2,581,822.36 | Total de Investimentos | 2,588,933.20 |
| Renda Fixa | 2,581,822.36 | | |
| Renda Variável | 0.00 | Total de Investimentos Declarados | 2,588,933.20 |
| Direitos Creditório (FIDC) | 0.00 | | |
| Participação (FIP) | 0.00 | Diferença | - |
| Imobiliário (FII) | 0.00 | | |
| Empresas Emergentes (FMEE) | 0.00 | | |
| Investimentos no Exterior (FIEX) | 0.00 | | |

Podemos observar na tabela acima que o PGA do ALEPEPREV, investia 100% de seus recursos no semento de Renda Fixa através de um fundo gerido pelo Santander.

Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA

O Gráfico 1 abaixo mostra que o Plano de Benefícios, não conseguiu superar o INPC + 5% ao ano (até dezembro de 2013), que é a meta de retorno do Plano. Esse fato se deve ao stress nas curvas de juros futuros, mas precisamente as curvas dos títulos atrelados à inflação, as NTN-B's (Notas do Tesouro Nacional, Série B). Por conta desse fato, a rentabilidade do Plano foi negativa no ano de 2013, assim como a do IMA-B (cesta de títulos em NTN-B), mas quando as taxas voltarem a cair, essa rentabilidade deve voltar a ficar positiva.

Já o Gráfico 2 mostra que o Plano de Gestão Administrativa – PGA, superou ligeiramente o seu benchmark (meta de retorno), que é o CDI.

Gráfico 1: Rentabilidade Plano CD – Comparativo Resultado Alcançado pelo ALEPEPREV x Meta de Retorno do Plano e Indicadores de Mercado

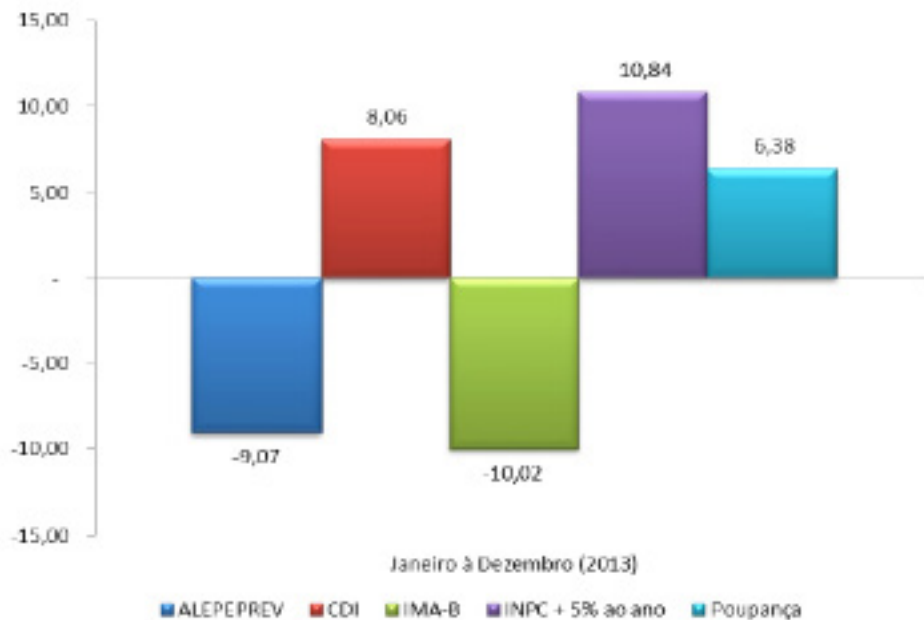
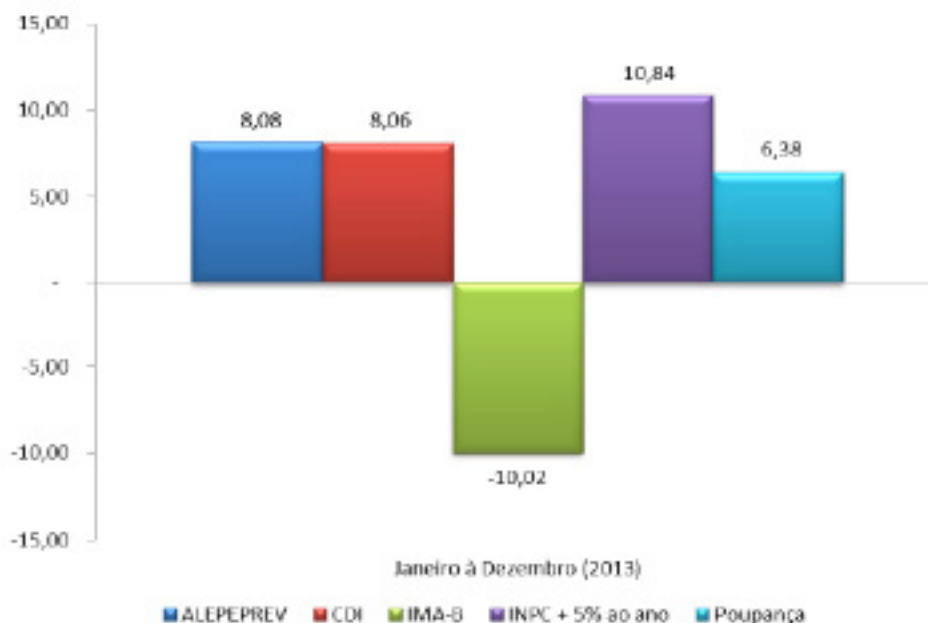


Gráfico 2: Rentabilidade PGA – Comparativo Resultado Alcançado pelo ALEPEPREV x Meta de Retorno do Plano e Indicadores de Mercado



Estratégias de Investimentos

A maior preocupação do ALEPEPREV, diante do atual cenário, consiste na manutenção do equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios, através de investimentos com boas perspectivas de rentabilidade para um nível de risco considerável aceitável ao perfil dos Participantes da Entidade.

Para o ano de 2014, considerando o cenário de incerteza em relação a economia brasileira e mundial, conforme já pontuado no tópico deste Relatório "Breve Histórico da Situação do Mercado Financeiro", o ALEPEPREV buscará adotar uma postura mais conservadora, direcionando uma maior parte dos seus recursos para o CDI (juros pós-fixado). O Governo Brasileiro começou em 2013 uma política monetária de aumento dos juros nominais, de um patamar de 7,5% (menor taxa de juros brasileira desde a criação da taxa Selic, em 1986) para os atuais 10,75% ao ano, em fevereiro de 2014. Neste contexto, para o ano de 2014, os investimentos em CDI devem gerar uma rentabilidade real próxima dos 5% no ano, considerando uma taxa Selic em um patamar médio de 11% e uma inflação de 6% no ano, o que é muito interessante, considerando a meta de retorno do Plano.

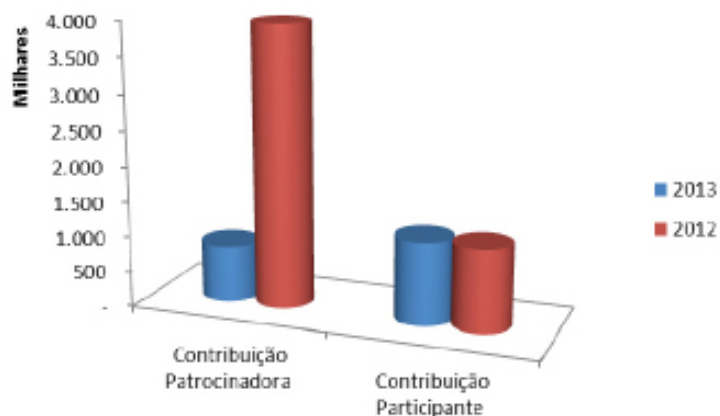
Mesmo com uma política mais conservadora para este ano, continuamos acreditando que o desempenho do CDI deve continuar aquém das metas atuárias no longo prazo, e isso requer de agora em diante uma maior diversificação dos investimentos, pois nesse cenário a volatilidade das carteiras dos fundos de pensão tende a aumentar. Atualmente, ao contrário dos anos anteriores, a Entidade já possui um volume, mesmo que muito pequeno, alocado em Bolsa, e continuará buscando novas alternativas de investimentos de forma a garantir uma relação risco versus retorno, liquidez e solvência condizente com o perfil da massa de Participantes da Entidade.

Por fim, a Entidade continua investindo seus recursos em mandatos atrelados à inflação, apesar de uma diminuição temporária da alocação neste segmento (no ano de 2014, parte dos recursos serão migrados para o CDI), em função da pressão inflacionária verificada no Brasil nos últimos anos, o que torna esses fundos bem mais atrativos do que o CDI no longo prazo.

Demonstrações Contábeis 2013

Receitas Previdenciais

Os quadros abaixo apresentam informações resumidas sobre as receitas do Plano ALEPEPREV.



Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas em atendimento às normas vigentes foram auditadas pela empresa PHF Auditores Independentes S/S e aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, que contemplam as seguintes informações:

1) Balanço Patrimonial

| | | R\$ mil | | | |
|-------------------------|---------------|---------------|----------------------------------|---------------|---------------|
| ATIVO | 2013 | 2012 | PASSIVO | 2013 | 2012 |
| DISPONÍVEL | 20 | 30 | EXIGÍVEL OPERACIONAL | 97 | 223 |
| | | | Gestão Previdencial | 28 | 53 |
| REALIZÁVEL | 18.822 | 18.754 | Gestão Administrativa | 69 | 170 |
| Gestão Previdencial | 5 | 8 | | | |
| Gestão Administrativa | 52 | 43 | EXIGÍVEL CONTIGENCIAL | 26 | 110 |
| Investimentos | 18.765 | 18.703 | Gestão Administrativa | 25 | 110 |
| Fundos de Investimentos | 18.765 | 18.703 | | | |
| | | | PATRIMÔNIO SOCIAL | 18.719 | 18.451 |
| | | | Patrimônio de Cobertura do Plano | 16.174 | 16.478 |
| | | | Provisões Matemáticas | 16.174 | 16.478 |
| | | | Benefícios Concedidos | 204 | 331 |
| | | | Benefícios a Conceder | 15.970 | 16.147 |
| | | | Fundos | 2.545 | 1.973 |
| | | | Fundos Administrativos | 2.545 | 1.973 |
| TOTAL DO ATIVO | 18.842 | 18.784 | TOTAL DO PASSIVO | 18.842 | 18.784 |

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, no exercício social, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

Podemos constatar através do Balanço Patrimonial, que as obrigações atuariais e administrativas, estão totalmente lastreadas pelos ativos, nos exercícios sociais de 2013 e 2012. O ALEPEPREV possui ativos aplicados e disponíveis no valor de R\$ 18.842 mil, em condições de suportar os compromissos atuariais com os participantes no valor de R\$ 16.174 mil, com obrigações operacionais e contingenciais no valor de R\$ 123 mil, além de apresentar um saldo no Fundo Administrativo na ordem de R\$ 2.545 mil.

2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social /DMPS

| | | | R\$ mil | | |
|---|--|----------------|----------------|----------------|--|
| DESCRIÇÃO | | 2013 | 2012 | Variação | |
| A) Patrimônio Social - início do exercício | | 18.451 | 10.676 | 72,83% | |
| 1. Adições | | 2.801 | 9.035 | -69,00% | |
| (+) | Contribuições Previdenciais | 1.539 | 4.424 | -65,21% | |
| (+) | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | - | 2.901 | 100,00% | |
| (+) | Receitas Administrativas | 978 | 1.551 | -36,94% | |
| (+) | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa | 191 | 159 | 20,13% | |
| (+) | Reversão de Contingências - Gestão Administrativa | 93 | - | 100,00% | |
| 2. Destinações | | (2.533) | (1.260) | 101,03% | |
| (-) | Benefícios | (254) | (466) | -45,49% | |
| (-) | Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial | (1.589) | - | 100,00% | |
| (-) | Despesas administrativas | (690) | (726) | -4,96% | |
| (-) | Constituição de Contingências - Gestão administrativa | - | (68) | | |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2) | | 268 | 7.775 | -96,55% | |
| (+/-) | Provisões Matemáticas | (304) | 6.859 | 104,43% | |
| (+/-) | Fundos Administrativos | 572 | 916 | -37,55% | |
| 4. Operações Transitórias | | - | - | - | |
| B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4) | | 18.719 | 18.451 | 1,45% | |

A Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) consolidada, destina-se   evidenciac o das alterac es do patrimônio social consolidado da Entidade, e discrimina:

- O saldo do patrimônio social no início do exercício;
- As transações que aumentam o patrimônio social (adições);
- As transações que diminuem o patrimônio social (deduções);
- Os acréscimos e decréscimos no patrimônio social; e
- As constituições de fundos administrativos e de investimentos.

No exercício social de 2013 foram apropriadas contribuições previdenciais da ordem de R\$ 1.539 mil, valor inferior em -65,21% aos valores apropriados no exercício anterior. Além das contribuições, foi diminuído aos saldos de contas dos participantes o valor de R\$ 1.589 mil em 2013, relativo ao resultado negativo dos investimentos da Gestão Previdencial. Os resgates e benefícios que foram pagos aos participantes do plano em 2013 somaram R\$ 254 mil.

A Gestão Administrativa apresentou resultado de R\$ 572 mil em 2013, contra R\$916 mil em 2012, uma variação negativa de 37,55%. O resultado de 2013 foi obtido através das receitas administrativas de R\$ 978 mil, resultado positivo dos investimentos administrativos de R\$ 191 mil, e a reversão da reserva de contingência de R\$ 93 mil, deduzidos das despesas administrativas de R\$ 690 mil.

Os resultados previdenciais e administrativos acresceram ao Patrimônio Social Consolidado da Entidade em R\$ 268 mil em 2013, comparado aos R\$ 7.775 mil no exercício social de 2012. Tais recursos foram integralmente alocados às Provisões Matemáticas dos Participantes (R\$ 304 mil) e ao Fundo Administrativo (R\$ 572 mil).

No final do exercício social de 2013, o ALEPEPREV apresentou Patrimônio Social total de R\$ 18.719 mil (R\$ 18.451 mil em 2012).

3) Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido/DMAL - Plano de Contribuição Definida

| | | R\$ mil | | |
|---|--|----------------|----------------|-----------------|
| DESCRIÇÃO | | 2013 | 2012 | Variação |
| A) Ativo Líquido - início do exercício | | 16.478 | 9.619 | 71,31% |
| 1. Adições | | 1.986 | 8.036 | -75,29% |
| (+) | Contribuições | 1.986 | 5.135 | -61,32% |
| (+) | Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial | - | 2.901 | -100,00% |
| 2. Destinações | | (2.290) | (1.177) | 94,56% |
| (-) | Benefícios | (254) | (466) | -45,49% |
| (-) | Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial | (1.589) | - | -100,00% |
| (-) | Custeio administrativo | (447) | (711) | -37,13% |
| 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2) | | (304) | 6.859 | -104,43% |
| (+/-) | Provisões Matemáticas | (304) | 6.859 | -104,43% |
| 4. Operações Transitórias | | - | - | - |
| B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4) | | 16.174 | 16.478 | -1,84% |
| C) Fundos não Previdenciais | | 2.545 | 1.973 | 28,99% |
| (+/-) | Fundos Administrativos | 2.545 | 1.973 | 28,99% |

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se   evidenciac o das alterac es do ativo líquido do plano de benefícios, e discrimina:

- O saldo do ativo líquido no início do exercício;
- As adic es do ativo líquido;
- As deducoes do ativo líquido;
- Os acréscimos e decréscimos no ativo líquido; e
- As constituic es de fundos administrativos e de investimentos.

O Ativo Líquido Previdencial no exercício social de 2013 foi de R\$ 16.174 mil, apresentando uma reducao de 1,84% em relacão ao exercício social de 2012.

Esta variacao foi oriunda das contribuicoes previdenciais da ordem de R\$ 1.986 mil em 2013, que comparadas com os valores realizados no exercício de 2012, apresentou uma variacao positiva de -61,32%, bem como, do resultado negativo dos investimentos da Gestão Previdencial que representou uma reducao ao saldo das contas dos participantes de R\$ 1.589 mil no exercício de 2013, deduzidas também as despesas previdenciais de R\$ 254 mil e o custeio administrativo de R\$ 447 mil.

4) Demonstra es do Ativo Líquido/DAL – Plano de Contribuic o Definida

| | R\$ mil | | |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| DESCRI O | 2013 | 2012 | Variacão |
| 1. Ativo | 18.747 | 18.504 | 1,31% |
| Disponível | 13 | 26 | -50,00% |
| Receb vel | 2.550 | 1.982 | 28,66% |
| Investimento | 16.184 | 16.496 | -1,89% |
| Fundos de Investimento | 16.184 | 16.496 | -1,89% |
| 2. Obriga es | (28) | (53) | -47,17% |
| Operacional | (28) | (53) | -47,17% |
| 3. Fundos não Previdenciais | (2.545) | (1.973) | 28,99% |
| Fundos Administrativos | (2.545) | (1.973) | 28,99% |
| 4. Resultado a Realizar | - | - | - |
| 5. Ativo Líquido (1-2-3-4) | 16.174 | 16.478 | -1,84% |
| Provisões Matemáticas | 16.174 | 16.478 | -1,84% |

A Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios que compoem o Ativo Líquido do plano previdencial ALEPEPREV, e discrimina:

- Os saldos dos grupos de contas do ativo;
- Os saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial); e
- Os saldos dos grupos de contas do patrimônio social.

O Ativo Líquido Previdencial de R\$ 18.747 mil, menos o Passivo Operacional de R\$ 28 mil e menos os Fundos Administrativos de R\$ 2.545 mil, apresentou um resultado de R\$ 16.174 mil, que corresponde aos Ativos Líquidos do Plano ALEPEPREV, para saldar os compromissos com os Participantes.

5) Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa /DPGA

| | R\$ mil | | |
|--|--------------|--------------|----------------|
| DESCRIÇÃO | 2013 | 2012 | Variação |
| A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior | 1.973 | 1.057 | 86,66% |
| 1. Custeio da Gestão Administrativa | 1.262 | 1.710 | -26,20% |
| 1.1 Receitas | 1.262 | 1.710 | -26,20% |
| Custeio Administrativo da Gestão Previdencial | 451 | 711 | -36,57% |
| Receitas Diretas | 527 | - | 100,00% |
| Resultado Positivo dos Investimentos | 191 | 159 | 20,13% |
| Reversão de Contingências | 93 | - | 100,00% |
| Outras Receitas | - | 840 | 100,00% |
| 2. Despesas Administrativas | (690) | (794) | -14,51% |
| 2.1. Administração Previdencial | (648) | (758) | -14,51% |
| Pessoal e Encargos | (438) | (488) | -10,25% |
| Serviços de Terceiros | (148) | (118) | 25,42% |
| Despesas Gerais | (62) | (84) | -26,19% |
| Contingências | - | (68) | 0,00% |
| 2.2. Administração dos Investimentos | (38) | (36) | 5,56% |
| Serviços de Terceiros | (38) | (36) | 5,56% |
| 2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios | (4) | - | 100,00% |
| 3. Resultado Negativo dos Investimentos | - | - | - |
| 4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3) | 572 | 916 | -37,55% |
| 5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4) | 572 | 916 | -37,55% |
| 6. Operações Transitórias | - | - | - |
| B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6) | 2.545 | 1.973 | 28,99% |

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) consolidada explica a atividade administrativa da EFPC, evidenciando as alterações do fundo administrativo, e discrimina:

- Receitas administrativas do exercício;
- Despesas administrativas, segregadas por administrações previdencial, de investimentos, assistencial e outras do exercício;
- Resultado negativo dos investimentos;

- Sobras ou insuficiência da gestão administrativa; e
- Constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício.

O desempenho positivo da gestão administrativa nos exercícios sociais de 2013 e 2012 resultou na constituição de Reservas Administrativas no valor de R\$ 572 mil e R\$ 916 mil, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013 a gestão administrativa da Entidade apresentou Reservas Administrativas totais de R\$ 2.545 mil.

6) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios /DPT – Plano de Contribuição Definida

| DESCRIÇÃO | R\$ mil | | |
|---|---------------|---------------|----------|
| | 2013 | 2012 | Variação |
| Provisões Técnicas (1+2) | 16.174 | 16.478 | -1,84% |
| 1. Provisões Matemáticas | 16.174 | 16.478 | -1,84% |
| 1.1 Benefícios Concedidos | 204 | 331 | -38,37% |
| Benefício Definido | 204 | 331 | -38,37% |
| 1.2 Benefícios a Conceder | 15.970 | 16.147 | -1,10% |
| Contribuição Definida | 15.970 | 16.147 | -1,10% |
| Saldo de contas - parcela patrocinador (es) | 11.028 | 11.663 | -5,44% |
| Saldo de contas - parcela participantes | 4.942 | 4.484 | 10,21% |

A Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais passivos relativos ao patrimônio de cobertura do plano, e apresenta a composição das provisões matemáticas que representam os compromissos com os Participantes do Plano.

Em 2013, o Plano ALEPEPREV apresentou compromissos com os seus Participantes, no valor de R\$ 16.174 mil.

7) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2013 e 2012

As notas explicativas das demonstrações contábeis possuem como característica principal, apresentar aos leitores das demonstrações contábeis, informações acerca da posição patrimonial apresentada no encerramento de cada exercício social. A íntegra das notas explicativas das demonstrações contábeis está disponível na página 40.

8) Parecer Atuarial

O Atuário responsável pelo Plano de Benefícios ALEPEPREV apresentou Parecer Atuarial datado de 12 de fevereiro de 2014. A íntegra do referido Parecer encontra-se disponível na página 15.

9) Relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações contábeis do ALEPEPREV foram auditadas pela empresa PHF Auditores Independentes S/S, que emitiu Parecer sem ressalva, datado de 27 de fevereiro de 2014. A íntegra do Parecer dos Auditores Independentes está disponível na página 53.

10) Parecer do Conselho Fiscal

As demonstrações contábeis de 2013 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal da Entidade, através do parecer PCF nº 03/2014, datado de 11 de março de 2014. A íntegra do referido Parecer encontra-se disponível na página 55.

11) Manifestação do Conselho Deliberativo

Baseado no Relatório dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, bem como, no Parecer do Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo apresentou Manifestação favorável pela aprovação das Demonstrações Contábeis de 2013, constante através do Manifesto DCD nº 03/2014, datado de 13 de março de 2014. A íntegra da Manifestação do Conselho Deliberativo está disponível na página 57.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores em R\$ Mil)

1. Contexto Operacional

O Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, sem fins lucrativos por imposição legal, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, autorizada a funcionar através da Portaria nº 2.591, de 30 de Outubro de 2008, do Ministério da Previdência Social – MPS 44000.001842/2008-10.

O ALEPEPREV é administrador do plano na modalidade de Contribuição Definida e possui como instituidora nata da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O ALEPEPREV tem sede na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, podendo criar órgãos de representação, para atender exigências legais, através de deliberação do Conselho Deliberativo.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, o ALEPEPREV tem por objeto a constituição e a administração do plano de benefícios de natureza previdenciária, vedando-se terminantemente a assunção de qualquer encargo

sem correspondente fonte de custeio. Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições das PATROCINADORAS, dos PARTICIPANTES e dos ASSISTIDOS, recursos financeiros e patrimoniais, de qualquer natureza e origem, que forem destinados ao Plano de Benefícios ou por direito lhe pertencerem, receitas patrimoniais e financeiras, receitas decorrentes de suas atividades, doações, legados, auxílios, frutos civis e outras aquisições de disponibilidades econômicas de qualquer natureza.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o ALEPEPREV não distribui dividendo, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o ALEPEPREV registrou as seguintes quantidades de Participantes:

| | Quantidade | |
|------------------|------------|------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Ativos | 128 | 138 |
| Pensionistas | 1 | 1 |
| Autopatrocinados | 56 | 49 |
| BPD | 3 | 3 |
| TOTAL | 188 | 191 |

1.1 De Natureza Previdenciária

O ALEPEPREV administra o seguinte Plano Previdenciário:

Plano de Benefícios Previdenciários da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – Plano ALEPEPREV, constituído na modalidade Contribuição Definida – CD, inscrito sob o nº 2008.0048-56 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do ALEPEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 08, datada de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE II e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevan-

tes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

O ALEPEPREV apresenta mensalmente balancetes, do plano de benefícios previdencial, do plano de gestão administrativa e consolidado, segregando os registros contábeis por tipos de gestão, compreendendo a natureza e a finalidade das transações entre Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

Objetivando visualizar a real situação patrimonial e as mutações ocorridas no patrimônio, a escrituração contábil da entidade é feita de forma autônoma, segregando os direitos e obrigações do plano de benefícios, livre e desvinculada das atividades administrativas.

3. Principais Práticas Contábeis

A contabilidade do ALEPEPREV é elaborada por planos de benefícios segregados por tipo de gestão, formando um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas. Os tipos de gestão são: Previdencial e Administrativa. Além disso, é apresentado o fluxo dos investimentos que é comum às duas gestões. As definições seguintes demonstram suas características:

- **Gestão Previdencial:** registra a atividade precípua e de existência obrigatória em uma EFPC, destinado ao registro contábil dos planos de benefícios de caráter previdenciário.
- **Gestão Administrativa:** é destinada ao gerenciamento da administração (receitas e despesas administrativas) para a gestão dos planos de benefícios.
- **Fluxo dos Investimentos:** é destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos alocados ao plano previdencial e plano de gestão administrativa da EFPC.

As movimentações entre os Planos, por meio de transferências de recursos, de cobranças e de repasses entre as diferentes naturezas de gastos dos mesmos são efetuadas de acordo com o estabelecido nos normativos legais.

O ALEPEPREV adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes estão evidenciadas em Notas Explicativas, com a qualificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas nos tipos de gestão – previdencial, administrativa e fluxo dos investimentos, sendo as entradas e saídas apresentadas em separado.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta.

Os lançamentos contábeis foram registrados com base no Princípio da Competência, significando que na determinação dos resultados mensais, são computadas as adições, as receitas e as rendas ou variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, as deduções, as despesas e as deduções ou variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos às contribuições dos Autopatrocinados vinculados a planos estruturados na modalidade Contribuição Definida são escriturados com base no regime de caixa, conforme previsão legal apresentada na Resolução CNPC nº 08/2011, anexo C, Itens 8.1 e 8.2.

4. Composição das Contas do Ativo

4.1 Disponível

A denominação Disponível é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheque em tesouraria e numerários em trânsito, e apresentaram em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos seguintes:

| | R\$ mil | |
|---|-----------|-----------|
| Disponível | 2013 | 2012 |
| Imediato | 20 | 30 |
| Bancos - Conta Movimento | 20 | 30 |
| Santander - Conta Plano Alepeprev | 7 | 4 |
| Santander - Conta PGA | - | 26 |
| Caixa Econômica - Conta Plano Alepeprev | 9 | - |
| Banco do Brasil - Conta Plano Alepeprev | 4 | - |

4.2 Realizável

a) Gestão Previdencial

Registram os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais, e apresenta os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme demonstrado a seguir:

| | R\$ mil | |
|----------------------------------|----------|----------|
| Realizável - Gestão Previdencial | 2013 | 2012 |
| Contribuição em Atraso | 5 | 8 |
| Autopatrocinados | 5 | 8 |
| Total Recurso a Receber | 5 | 8 |

b) Gestão Administrativa

Registram os recursos a receber referente à gestão administrativa, e apresenta os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme demonstrado a seguir:

| | R\$ mil | |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Realizável - Gestão Administrativa | 2013 | 2012 |
| Contribuições Normais no Mês | 1 | 1 |
| Autopatrocinados | 1 | 1 |
| Depósito Judicial | 51 | 42 |
| Depósito Judicial | 51 | 42 |
| Total Recurso a Receber | 52 | 43 |

c) Investimentos

Registra as aplicações dos recursos no mercado financeiro atualizado até a data do balanço.

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

| | R\$ mil | |
|--|---------------|---------------|
| Investimentos | 2013 | 2012 |
| Gestão Administrativa | 2.582 | 2.207 |
| Fundo de Investimento - Referenciado | 2.582 | 2.207 |
| Santander Fic Fi Institucional Referenciado DI | 2.582 | 2.207 |
| Gestão Previdencial | 16.183 | 16.496 |
| Fundo de Investimento - Renda Fixa | 15.881 | 16.496 |
| Santander IMA - B Institucional Tít. Públicos | - | 16.496 |
| BB Institucional FI RF | 2.523 | - |
| Bradesco FI RF IMA B | 6.739 | - |
| FI Caixa Brasil IMA B TP RF LP | 6.619 | - |
| Fundo de Investimento - Ações | 302 | - |
| JGP Institucional FIA | 302 | - |
| Total dos Investimentos | 18.765 | 18.703 |

No exercício de 2013, ocorreu uma transferência de saldos, do Fundo de Renda Fixa Santander IMA – B Institucional Tít. Públicos, para os Fundos de Renda Fixa: BB Institucional FI RF, Bradesco FI RF IMA-B, FI Caixa Brasil IMA-B TP RF LP e para o Fundo de Ações JGP Institucional FIA, com a finalidade de atender a Política de Investimentos do Plano.

A Gestão Administrativa continuou investindo no Fundo Santander Fic Fi Institucional Referenciado DI, adequado a Política dos Investimentos do PGA.

5. Composição das Contas do Passivo

5.1 Exigível Operacional da Gestão Previdencial

O Exigível Operacional da Gestão Previdencial possui os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

| | R\$ mil | |
|--|-----------|-----------|
| Exigível Operacional - Gestão Previdencial | 2013 | 2012 |
| Retenções a Recolher | 2 | 5 |
| Obrigações Contratadas | 18 | 39 |
| Outras Obrigações | 8 | 9 |
| Total do Exigível Operacional | 28 | 53 |

O Exigível operacional registra obrigações tributárias e valores recebidos dos participantes no mês de novembro e dezembro de 2013 e 2012 para cobertura de Risco.

A rubrica Outras Obrigações registra as provisões das despesas com custódia e CETIP e das contribuições não recebidas dos autopatrocinados e a taxa de carregamento a serem repassadas ao PGA, apresentando em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os seguintes saldos:

| | R\$ mil | |
|--|-------------|-------------|
| Outras Obrigações | 2013 | 2012 |
| Custódia e CETIP | 2 | - |
| Contribuições não Recebidas dos Autopatrocinados | 5 | 8 |
| Taxa de Carregamento | 1 | 1 |
| Total de Outras Obrigações | 8 | 9 |

5.2 Exigível Operacional da Gestão Administrativa

Registra as despesas a pagar relativas à gestão administrativa. É composto pelas provisões e retenções sobre folha de pagamento e provisão de PIS e COFINS, que apresentaram em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os saldos seguintes:

| | R\$ mil | |
|---|-------------|-------------|
| Exigível Operacional - Gestão Administrativa | 2013 | 2012 |
| Salários e Encargos | 64 | 164 |
| Pis/Cofins | 5 | 6 |
| Total do Exigível Operacional | 69 | 170 |

5.3 Exigível Contingencial – Risco de Perda Provável

Registra as ocorrências do fato que poderão ou não gerar desembolso, denominadas provisões. Esta provisão para contingência é avaliada periodicamente e é constituída tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir perdas prováveis, decorrentes dos respectivos processos.

A Entidade apresenta conforme quadro abaixo, os valores das provisões atualizadas em 31/12/2013, comparativas a 31/12/2012, consideradas de perda provável.

| | R\$ mil | |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Exigível Contingencial | 2013 | 2012 |
| Provisão | 26 | 114 |
| Total | 26 | 110 |

A provisão contingencial se refere ao Plano de Gestão Administrativa tendo como objeto a Contratação de Serviço (Concessão de licença de uso do programa não executado ou executado de forma irregular).

5.4 Patrimônio Social

Registra a soma dos recursos para fazer frente a todas as obrigações dos planos de benefícios administrados pelo ALEPEPREV, bem como o Fundo Administrativo constituído pelas sobras administrativas, acrescidas da rentabilidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa.

O Patrimônio Social é composto das rubricas a seguir:

a) Patrimônio de Cobertura do Plano: Registra o valor das provisões atuariais correspondentes ao somatório das contas individuais dos participantes do Plano de Benefícios Previdenciários ALEPEPREV.

Os estudos atuariais do plano de previdência são conduzidos por atuário externo, que assina a respectiva Nota Técnica Atuarial e é o único responsável pelos cálculos e estudos atuariais, seja perante a massa de participantes, órgão fiscalizador e o próprio ALEPEPREV. O mesmo atuário, com base nos estudos mencionados, determina o valor das provisões matemáticas do plano, e emite o seu parecer. A composição Consolidada do Exigível Atuarial, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apresentou conforme a seguir:

| | R\$ mil | |
|---|---------|--------|
| Patrimônio de Cobertura do Plano | 2013 | 2012 |
| Provisões Matemáticas | 16.174 | 16.478 |
| Benefícios Concedidos | 204 | 331 |
| Benefícios a Conceder | 15.970 | 16.147 |
| Total do Patrimônio de Cobertura do Plano | 16.174 | 16.478 |

As principais premissas atuariais que suportam as provisões matemáticas do mês de dezembro de 2013, data base para a avaliação atuarial, estão apresentadas a seguir:

- Taxa Real Anual de Juros: 4,5% a.a. (cinco por cento ao ano);
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários: 100,00%;
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da entidade: 100,00%;
- Hipóteses sobre gerações futuras de novos entrados: Não considerado;
- Hipótese sobre rotatividade: Nula;
- Tábua de mortalidade geral: AT – 83;
- Tábua de mortalidade de inválido: AT – 83.

b) Fundo Administrativo: O fundo administrativo é constituído pela diferença positiva apurada entre receitas e despesas e pelo rendimento de suas aplicações. Seu objetivo é a cobertura das despesas administrativas futuras.

Durante o exercício de 2013 e 2012 ocorreu a seguinte movimentação:

| | R\$ mil | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Fundo Administrativo | 2013 | 2012 |
| Constituição | 2.024 | 1.643 |
| (+/-)Atualização Financeira | 521 | 330 |
| Total do Fundo Administrativo | 2.545 | 1.973 |

6. Mutações Patrimoniais

6.1 Gestão Previdencial

A contabilização dos recursos coletados e utilizados da Gestão Previdencial é efetuada em atendimento ao princípio da competência, com exceção dos registros relativos às contribuições dos autopatrocinados vinculado ao plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, que foram escrituradas com base no regime de caixa. Os registros são efetuados em conformidade com a Planificação contábil Padrão das EFPC de forma a possibilitar a prestação de informações de natureza estatística, entre outras.

a) Adições - Registram as contribuições normais de patrocinadores e participantes, contribuições extraordinárias e portabilidades previdenciais oriundas dos participantes referentes ao custeio do plano de benefícios, prevista na adesão ao plano. Em 2013 e 2012 foram apurados os seguintes saldos:

| | R\$ mil | |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Adições | 2013 | 2012 |
| Patrocinadora | 810 | 3.972 |
| Normais | 810 | 840 |
| Extraordinárias | - | 3.132 |
| Participantes | 1.176 | 1.162 |
| Ativos | 810 | 840 |
| Normais | 810 | 840 |
| Autopatrocinados | 363 | 322 |
| Normais | 360 | 322 |
| Voluntária | 3 | - |
| BPD | 2 | 3 |
| Multa | 1 | - |
| Total de Adições | 1.986 | 5.134 |

b) Deduções – As despesas relativas ao plano, como as pensões, os resgates de participante e as Restituições de Contribuições ao plano. Em 2013 e 2012 foram apurados os seguintes saldos:

| | R\$ mil | |
|---|-------------|-------------|
| Deduções | 2013 | 2012 |
| Pensões | -99 | -84 |
| Resgates | -137 | -39 |
| Outras Deduções | -18 | -343 |
| Subconta Básica Patrocinador | - | -343 |
| Restituição da Contribuição Extraordinária | -14 | - |
| Restituição da Contrib. Adm. Extraordinária | -4 | - |
| Total de Adições | -254 | -466 |

c) Custeio Administrativo - As despesas administrativas relativas ao Plano são custeadas pela Patrocinadora e pelos Participantes, nos termos do Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação vigente. Durante os exercícios sociais de 2013 e 2012, o Custeio Administrativo, resultado da aplicação da alíquota de 12% sobre o valor dos recursos coletados, apresentou os seguintes saldos:

| | R\$ mil | |
|---|-------------|-------------|
| Custeio Administrativo | 2013 | 2012 |
| Patrocinadora | -316 | -535 |
| Sobrecarga Administrativa - Normais | -89 | -126 |
| Sobrecarga Administrativa - Extraordinárias | - | -409 |
| Transferência Fundo Administrativo | -227 | - |
| Participantes | -131 | -176 |
| Ativos | -89 | -126 |
| Sobrecarga Administrativa - Normais | -89 | -126 |
| Autopatrocinaados e Remidos | -42 | -50 |
| Sobrecarga Administrativa - Normais | -42 | -50 |
| Total do Custeio Administrativo | -447 | -711 |

d) Resultado dos Investimentos Previdenciais - Registra a transferência de recursos oriundos do Fluxo dos Investimentos decorrente da remuneração dos recursos, observada a participação proporcional da Gestão Previdencial no montante aplicado. Em 2013 e 2012 foram apurados os seguintes saldos:

| | R\$ mil | |
|---|----------------|--------------|
| Investimentos - Previdenciais | 2013 | 2012 |
| Resultado dos Investimentos | - 1.589 | 2.901 |
| Total do Resultado dos Investimentos | - 1.589 | 2.901 |

6.2 Plano de Gestão Administrativo – PGA

Registra exclusivamente os resultados da gestão administrativa da entidade, não contemplados no plano de benefícios. As contas de resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA estão demonstradas pelo Princípio de competência.

a) Receitas Administrativas - Representam a soma das importâncias recebidas da Gestão Previdencial para cobertura dos custos administrativos e as Receitas Diretas da Gestão Administrativa. Em 2013 e 2012 foram apurados os seguintes saldos:

| | R\$ mil | |
|------------------------------------|------------|------------|
| Receitas Administrativas | 2013 | 2012 |
| Correntes | 451 | 711 |
| Outras | - | 840 |
| Diretas | 527 | - |
| Total das Receitas Administrativas | 978 | 1.551 |

Em 2013, as receitas decorrentes das transferências de saldo de Fundo de cotas PATRONAL de ex-participantes por exigência da PREVIC passou a ser contabilizado na conta "Correntes" na Receita Administrativa, já as receitas de pró-labore do contrato firmado com a Zurich e a receita do convênio de cooperação técnica firmado com Banco Santander, que antes eram contabilizados em "Outras" na Receita Administrativa, passou a ser contabilizado como "Diretas" no mesmo grupo de contas.

b) Despesas do Plano de Gestão Administrativa - As despesas administrativas da Entidade são registradas de acordo com a natureza, classificando-se em Administração Previdencial e de Investimentos, conforme determina a Resolução CNPC 08/2011. Durante os exercícios sociais de 2013 e 2012 foram apuradas as seguintes naturezas de despesas administrativas, registradas por competência contábil:

| | R\$ mil | |
|---|-------------|-------------|
| Despesas Administrativas | 2013 | 2012 |
| Remuneração | -234 | -272 |
| Encargos (FGTS/INSS/PREV. COMPLEMENTAR) | -124 | -104 |
| Provisão 13º Salário | -25 | -31 |
| Provisão Férias | - 55 | -81 |
| Serviços de Terceiros - Prev. | -148 | 118 |
| Serviços de Terceiros - Inv. | -38 | -36 |
| Despesas Gerais | -62 | -84 |
| Constituições/ Reversões para o Plano de Benefícios | -4 | - |
| Total das Despesas Administrativas | -690 | -726 |

c) Constituições/Reversões de Contingências Administrativas – substanciado na opinião dos consultores, registra provisões e reversões de contingências administrativas das ações que se enquadrem na classificação de provável, em relação às decisões desfavoráveis ao Alepeprev.

| | R\$ mil | |
|--|-------------|-------------|
| Constituições /Reversões de Contingências | 2013 | 2012 |
| Constituições/ Reversões de Contingências | 93 | -68 |
| Total da Constituições/Reversões de Contingências | 93 | -68 |

A Reversão em 2013 representa apenas a atualização dos valores estabelecidos nos anos anteriores.

d) Resultado dos Investimentos Administrativos - Registra a transferência dos recursos oriundos do Fluxo de Investimentos, decorrentes do resultado positivo ou negativo dos investimentos, observada a participação do plano de Gestão Administrativa no montante aplicado. Durante os exercícios 2013 e 2012 foram apurados os seguintes resultados:

| | R\$ mil | |
|---|-------------|-------------|
| Investimentos - Administrativo | 2013 | 2012 |
| Resultado dos Investimentos | 191 | 159 |
| Total do Resultado dos Investimentos | 191 | 159 |

A totalidade do resultado dos investimentos administrativos está evidenciado no Fundo Administrativo, conforme letra b) da nota 5.4.

6.3 Fluxo dos Investimentos

É destinado ao gerenciamento das aplicações dos recursos dos planos previdencial e de gestão administrativa e apresenta os resultados líquidos dos investimentos. As contas de resultados do Fluxo dos Investimentos estão demonstra-

das pelo Princípio de competência. Os resultados apurados em 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

| | R\$ mil | |
|---|---------------|--------------|
| Fluxos dos Investimentos | 2013 | 2012 |
| Aplicações em Instituições Financeiras | -1.398 | 3.060 |
| Fundos de Investimentos | -1.398 | 3.060 |
| Referenciado | 841 | 98 |
| Rendas e Variações Positivas | 1.091 | 98 |
| (-) deduções/variações Negativas | -250 | - |
| Renda Fixa | -2.291 | 2.962 |
| Rendas e Variações Positivas | - | 3.011 |
| (-) deduções/variações Negativas | -2.291 | 49 |
| Ações | 52 | - |
| Rendas e Variações Positivas | 55 | - |
| (-) deduções/variações Negativas | -3 | - |
| Total da Rentabilidade | -1.398 | 3.060 |

a) **Resultados Transferidos para Outras Gestões** - Representa a soma das importâncias transferidas para as demais gestões a título de remuneração dos investimentos, na proporção do montante aplicado, e somou os seguintes valores:

| | R\$ mil | |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| Fluxos dos Investimentos | 2013 | 2012 |
| Gestão Previdencial | -1.589 | 2.901 |
| Gestão Administrativa | 191 | 159 |
| Total da Rentabilidade | -1.398 | 3.060 |

7. Gestão de Recursos

A gestão dos investimentos da Gestão Administrativa e da Gestão Previdencial é realizada por meio de segregação real dos ativos.

Em 2013, os recursos de investimentos da Gestão Previdencial passaram a ser custodiado através contrato firmado de prestação de serviço de Custódia e Controladoria pela a Caixa Econômica Federal em 23/04/2013, e os recursos estão aplicados em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e um pequeno percentual em Fundos de Ações.

Já a Gestão Administrativa, tem seus recursos investidos em sua totalidade no Banco Santander no Fundo de Investimento Referenciado - Santander Fic FI Institucional Referenciado DI .

8. Lançamentos de Consolidação

Em atendimento à legislação contábil aplicável ao segmento, as demonstra-

ções devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. O ALEPEPREV ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, anulou a seguinte operação por apresentar reflexo de duplicidade no patrimônio da Entidade:

R\$ mil

| Participação no PGA | | |
|----------------------|--|---------|
| Conta Contábil | Nome da Conta | Valor |
| 1.2.2.3.01.00.00.000 | Participação no Plano de Gestão Administrativa | 2.545 |
| 2.3.2.2.02.01.00.000 | Participação no Fundo Administrativo - PGA | (2.545) |

Recife, 17 de fevereiro de 2014.

Gildo Dantas Corrêia de Góis
Diretor Presidente
CPF nº 019.152.584-72

Norma Saraiva Soares
Contadora
CRC/MG – 067.665/O - 2
CPF nº 740.446.996-15

Relatórios dos Auditores Independentes

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros do

**Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV**
Recife – PE

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles inter-

nos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV** em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Recife - PE, 27 de fevereiro de 2014.

PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Júnior

Contador – CRC-PE – 0011620/O

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal do ALEPEPREV
PCF **03/2014**

Ref. **Demonstrações Contábeis – Exercício 2013.**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea II do Artigo 51 do Estatuto do ALEPEPREV e consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17 do Anexo C da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, o **Conselho Fiscal** do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – **ALEPEPREV**, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, a Demonstração do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano ALEPEPREV, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, consubstanciado pelo Parecer do Atuário da Consultoria VESTING, responsável pelo Plano de Benefícios, emitido em 12 de fevereiro de 2014, assim como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF – Auditores Independentes S/S, datado de 27 de fevereiro de 2014, **entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, em 31 de dezembro de 2013, os resultados de suas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC, aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar, reunindo as condições necessárias para aprovação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV. Recife, 11 de març o de 2014.

RICARDO JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA
Presidente do Conselho Fiscal do ALEPEPREV

DIRLAYNE MARIA ALMEIDA DE ARAÚJO
Membro do Conselho Fiscal do ALEPEPREV

JO  FERNANDO PONTUAL COUTINHO
Membro do Conselho Fiscal do ALEPEPREV

JO  BERCHMANS BORGES BARROS JÚNIOR
Membro do Conselho Fiscal do ALEPEPREV



Manifestação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

Manifestação do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

DCD – 03/2014

Assunto: Aprovação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPEPREV, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com o Inciso IX do Art. 32, do Estatuto do ALEPEPREV e consoante ao que estabelece a letra "k", do item 17 do Anexo C da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, após proceder ao exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada, da Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, da Demonstração do Ativo Líquido do Plano ALEPEPREV, da Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano ALEPEPREV, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, consubstanciado pelo Parecer do Atuário da Consultoria VESTING, responsável pelo Plano de Benefícios, emitido em 12 de fevereiro de 2014, assim como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF – Auditores Independentes S/S, datado de 27 de fevereiro de 2014, e do Parecer do Conselho Fiscal emitido em 11 de março de 2014, **aprovou as Demonstrações Contábeis** do Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, posicionado em 31 de dezembro de 2013 e determinou o encaminhamento à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC do Ministério da Previdência Social, em cumprimento as exigências legais. Determinou também, a devida ciência quanto à aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2013 às Patrocinadoras do Plano ALEPEPREV e a todos os Participantes do ALEPEPREV. Recife, 13 de março de 2014.

GUILHERME ARISTÓTELES UCHOA CAVALCANTI PESSOA DE MELO
Presidente do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

EDUARDO GOMES DE ARAÚJO
Membro do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

JOSÉ RAIMUNDO PIMENTEL DO ESPÍRITO SANTO
Membro do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

ALBERTO JORGE DO NASCIMENTO FEITOSA
Membro do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

ISALTINO JOSÉ DO NASCIMENTO FILHO
Membro do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

JOSÉ MARIO DUARTE COELHO
Membro do Conselho Deliberativo do ALEPEPREV

Resumo do Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos

Síntese da Situação Atuarial do Plano ALEPEPREV

Conforme Parecer Atuarial 2013, constante da página 15 deste Relatório, o Plano de Benefícios Alepeprev está solvente economicamente, uma vez que o valor presente de todas as suas obrigações se iguala ao valor corrente dos seus ativos conforme pode ser verificado na tabela nº 1 desta nota.

A base cadastral foi avaliada pela consultoria atuarial e julgada satisfatória para a realização da avaliação atuarial.

Foram realizados testes de consistência nos dados cadastrais, posicionados em 31/12/2013, utilizados nesta avaliação, os quais se mostraram de boa qualidade e refletem adequadamente as características de cada participante que são de interesse para o estudo atuarial.

Os valores dos saldos de conta que constam da base de dados foram confrontados com os valores efetivamente registrados no balancete e conclui-se que os montantes registrados contabilmente refletem os saldos de conta e contribuições informados na base de dados.

O Plano Alepeprev é estruturado na modalidade de contribuição definida para todos os benefícios, inclusive os de risco. A concessão dos benefícios é efetuada com base nos saldos da conta benefício, sendo pagos na forma de rendas temporárias ou vitalícias em cotas, sendo que as rendas vitalícias são definidas em função da expectativa de vida do beneficiário ou por prazo determinado. Os benefícios abrangidos pelo Plano são:

- Renda Mensal de Aposentadoria Voluntária;
- Renda Mensal de Aposentadoria por Invalidez Permanente;
- Renda Mensal por Morte de Participante Ativo;
- Renda Mensal por Morte de Participante Assistido.

A entidade mantém, junto à seguradora autorizada a operar no mercado brasileiro, seguro cujo objetivo é reforçar os saldos de conta individual nos casos em que forem concedidos benefícios decorrentes de invalidez e morte. O cálculo do capital segurado é feito conforme determina o art. 58 do Regulamento do Plano de Benefícios, que disciplina a forma de cálculo da Parcela Adicional de Risco (PAR), que serve de base para a determinação do seguro.

Dessa forma, mesmo para os benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte, o plano continua a ser de contribuição definida, sendo os valores dos benefícios calculados em função do montante acumulado no saldo de conta individual do participante, incluídas as contribuições da patrocinadora e as respectivas rentabilidades patrimoniais.

Dado que o Plano de Benefícios está estruturado na modalidade de contribuição definida, o mesmo não se encontra exposto a risco de natureza atuarial.

O Plano de Benefícios Alepeprev apresenta situação atuarial equilibrada, não tendo registrado quaisquer insuficiências ao longo do exercício social de 2013, estando em ritmo de capitalização compatível com as suas necessidades futuras.

Síntese dos Resultados dos Investimentos

O Plano ALEPEPREV, instituído na modalidade de Contribuição Definida obteve uma rentabilidade excepcional em 2012, de 26,36%, contra 12,57% da meta de retorno da sua Política de Investimentos para 2012 (o INPC + 6% ao ano) e 6,58% da Poupança. Esse resultado foi conquistado através de investimento em fundo de renda fixa atrelado à inflação, que investe 100% dos recursos em títulos públicos federais, que são aqueles considerados de menor risco de crédito.

Portanto, não apenas em 2012, como nos três anos anteriores, a Entidade conseguiu superar tanto a meta de retorno do Plano, como a taxa de juros (o CDI) e a Caderneta de Poupança, sem ter que incorrer em grandes riscos, como o risco de mercado da renda variável, por exemplo.

No entanto, conforme já apresentado neste Relatório, o ano de 2013 foi bastante ruim para a indústria de fundos de pensão. Em 2013 o Plano ALEPEPREV não conseguiu superar o INPC + 5% ao ano (até dezembro), que foi a meta de retorno do Plano. Esse fato foi devido ao stress nas curvas de juros futuros, mas precisamente as curvas dos títulos atrelados à inflação, as NTN-B's (Notas do Tesouro Nacional, Série B). Por conta desse fato, a rentabilidade do Plano foi negativa no ano de 2013, assim como a do IMA-B (cesta de títulos em NTN-B), mas quando as taxas voltarem a cair, esperamos que essa rentabilidade volte a ficar positiva.

A seguir serão demonstrados:

- O Resumo de Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos;
- O Total dos Investimentos do Plano ALEPEPREV e do PGA, por Gestor e por Fundo de Investimentos;
- A Rentabilidade Líquida do Plano ALEPEPREV e do PGA ;
- A Rentabilidade bruta, aproximada do Plano ALEPEPREV e do PGA.

Resumo de Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos

Resumo do Exercício 2013

Alocação dos Recursos Aplicados – Plano de Benefícios Contribuição Definida

Plano: Plano de Contribuição Definida - ALEPEPREV

| | | | |
|----------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| Disponível | 12,556.39 | Exigível Contingencial Investimentos | 0.00 |
| Renda Fixa | 0.00 | Imóveis | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Renda Variável | 0.00 | Empréstimos e Financiamentos | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Fundos de Investimentos | 16,183,565.21 | Total de Investimentos | 16,196,121.61 |
| Renda Fixa | 15,881,300.22 | | |
| Renda Variável | 302,265.00 | Total de Investimentos Declarados | 16,196,121.61 |
| Direitos Creditório (FIDC) | 0.00 | | |
| Participação (FIP) | 0.00 | Diferença | 0.00 |
| Imobiliário (FII) | 0.00 | | |
| Empresas Emergentes (FMEE) | 0.00 | | |
| Investimentos no Exterior (FIEX) | 0.00 | | |

Total dos Investimentos do Plano ALEPEPREV, por Gestor e por Fundo de Investimentos

PREVIDÊNCIA POSIÇÃO: DEZEMBRO/2013

| NOME DO GESTOR | NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS | SALDO ATUAL | % Aplicado |
|-------------------------|--------------------------------|----------------------|---------------|
| BRABESCO | BRABESCO FI RF IMA B | 6.739.394,48 | 41,64 |
| CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | FI CAIXA BRASIL IMAB TP RF LP | 6.618.897,16 | 40,90 |
| BANCO DO BRASIL | BB INSTITUCIONAL FI RF | 2.523.008,58 | 15,59 |
| JGP DTVM | JGP INSTITUCIONAL FIA | 302.265,00 | 1,87 |
| SUBTOTAL | | 16.183.565,21 | 100,00 |

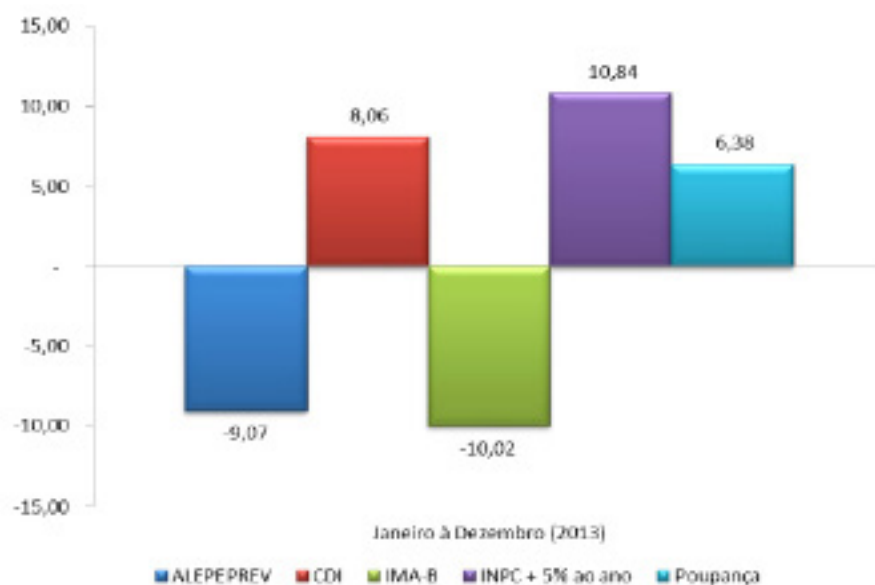


A Tabela abaixo apresenta a alocação estratégica do Plano de Benefícios do ALEPEPREV, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade, constantes da Política de Investimentos.

| Segmento / Modalidade | Alocação (%) | | | Meta de Retorno | Índice de Referência (Benchmark) |
|--------------------------------|--------------|--------|--------|--------------------|----------------------------------|
| | Objetivo | Mínimo | Máximo | | |
| Segmento de Renda Fixa | 98,76 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 4,5% ao ano |
| Renda Fixa CDI (Tradicional) | 3,88 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI |
| Renda Fixa Inflação | 87,74 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | IMA-B |
| Renda Fixa Crédito CDI* | 4,29 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI + 1% ao ano |
| Renda Fixa Crédito Inflação* | 2,85 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 6,0% ao ano |
| Segmento de Renda Variável | 1,24 | 0,00 | 10,00 | INPC + 10% ao ano | IBOVESPA |
| Segmento de Inv. Estruturados | 0,00 | 0,00 | 5,00 | INPC + 8% ao ano | INPC + 8% ao ano |
| Segmento de Inv. no Exterior** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |
| Segmento de Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |
| Segmento de Op. Participantes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | NA | NA |

Podemos observar nas tabelas e gráfico acima que o Plano ALEPEPREV, considerando a posição do fechamento de 2013, investia aproximadamente 98% no segmento de Renda Fixa e 2% no segmento de Renda Variável. Basicamente, esses recursos estavam alocados em quatro fundos de gestores distintos (buscando a segregação dos investimentos), a saber: Caixa Econômica Federal e Bradesco, representando aproximadamente 83% dos recursos. Esses dois fundos possuem estratégias de Renda Fixa inflação, ou seja, fundos que aplicam em títulos públicos e privados atrelados ao IPCA, sendo sua maior parcela alocada em títulos públicos federais. No Banco do Brasil o Plano possui alocação em um fundo de Renda Fixa tradicional que corresponde a aproximadamente 15% dos recursos e sua maior parcela alocada em títulos públicos atrelados a taxa de juros básica da economia. Por fim, a alocação no fundo de Renda Variável é feita através da JGP Investimentos em um fundo com gestão ativa. Os investimentos do ALEPEPREV em títulos públicos federais representavam aproximadamente 85% dos recursos do Plano, que são os investimentos considerados como de menor risco de crédito. Constata-se portanto, que as alocações dos investimentos estão em conformidade com as estratégias estabelecidas na Política de Investimentos.

Rentabilidade Líquida do Plano ALEPEPREV – Comparativo Resultado Alcançado x Meta de Retorno do Plano e Indicadores de Mercado – Jan a Dez/2013



O gráfico acima mostra que o Plano de Benefícios, não conseguiu superar o INPC + 5% ao ano (até dezembro de 2013), que é a meta de retorno do Plano. Esse fato se deve ao stress nas curvas de juros futuros, mas precisamente as curvas dos títulos atrelados à inflação, as NTN-B's (Notas do Tesouro Nacional, Série B). Por conta desse fato, a rentabilidade do Plano foi negativa no ano de 2013, assim como a do IMA-B (cesta de títulos em NTN-B), mas quando as taxas voltarem a cair, essa rentabilidade deve voltar a ficar positiva.

Alocação dos Recursos Aplicados – Plano de Gestão Administrativa

| Plano: Plano de Gestão Administrativa - ALEPEPREV | | | |
|---|---------------------|---|---------------------|
| Disponível | 7,110.84 | Exigível Contingencial Investimentos | 0.00 |
| Renda Fixa | 0.00 | Imóveis | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Renda Variável | 0.00 | Empréstimos e Financiamentos | 0.00 |
| Carteira Própria | 0.00 | Carteira Própria | 0.00 |
| Valor a Receber | 0.00 | Valor a Receber | 0.00 |
| Valor a Pagar | 0.00 | Valor a Pagar | 0.00 |
| Fundos de Investimentos | 2,581,822.36 | Total de Investimentos | 2,588,933.20 |
| Renda Fixa | 2,581,822.36 | | |
| Renda Variável | 0.00 | Total de Investimentos Declarados | 2,588,933.20 |
| Direitos Creditório (FIDC) | 0.00 | | |
| Participação (FIP) | 0.00 | Diferença | - |
| Imobiliário (FII) | 0.00 | | |
| Empresas Emergentes (FMEE) | 0.00 | | |
| Investimentos no Exterior (FIEX) | 0.00 | | |

Total de Investimentos do PGA, por Gestor e por Fundo de Investimentos

POSIÇÃO: DEZEMBRO/2013

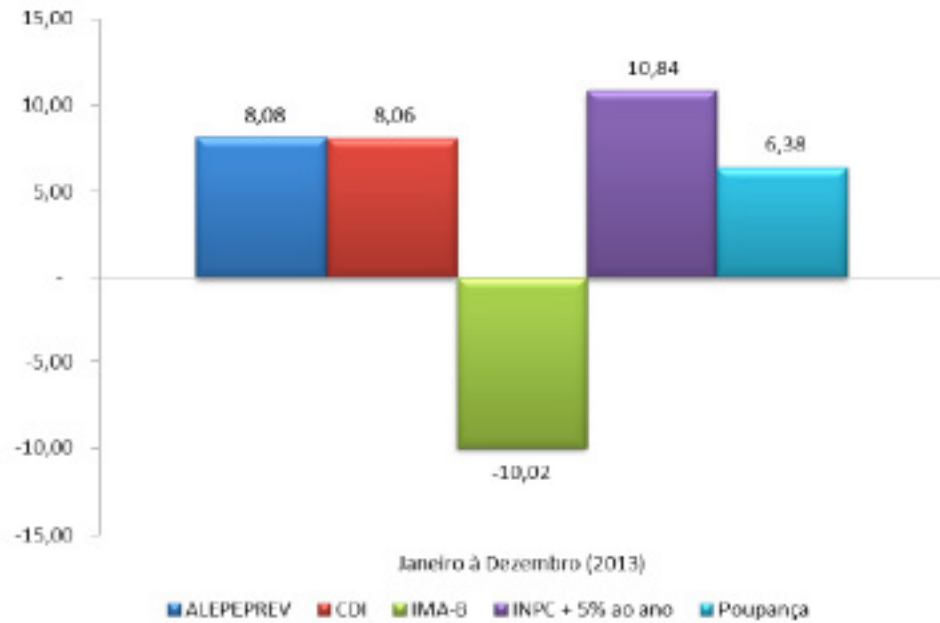
| NOME DO GESTOR | NOME DO FUNDO DE INVESTIMENTOS | SALDO ATUAL | % Aplicado |
|----------------|--------------------------------|--------------|------------|
| SANTANDER | SANTANDER FICFI REF DI | 2.581.822,36 | 100,00 |

A Tabela abaixo apresenta a alocação estratégica do Plano de Gestão Administrativa - PGA, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade, constantes da Política de Investimentos:

| Segmento / Modalidade | Alocação (%) | | | Meta de Retorno | Índice de Referência (Benchmark) |
|------------------------------|--------------|--------|--------|--------------------|----------------------------------|
| | Objetivo | Mínimo | Máximo | | |
| Segmento de Renda Fixa | 98,76 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 4,5% ao ano |
| Renda Fixa CDI (Tradicional) | 3,88 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI |
| Renda Fixa Inflação | 87,74 | 50,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | IMA-B |
| Renda Fixa Crédito CDI* | 4,29 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | CDI + 1% ao ano |
| Renda Fixa Crédito Inflação* | 2,85 | 0,00 | 100,00 | INPC + 4,5% ao ano | INPC + 6,0% ao ano |
| Segmento de Renda Variável | 1,24 | 0,00 | 10,00 | INPC + 10% ao ano | IBOVESPA |

Podemos observar nas tabelas acima que o PGA do ALEPEPREV, investia 100% de seus recursos no segmento de Renda Fixa através de um fundo gerido pelo Santander. Constata-se portanto, que as alocações dos investimentos estão em conformidade com as estratégias estabelecidas na Política de Investimentos.

Rentabilidade líquida do PGA - Comparativo Resultado Alcançado x Meta de Retorno do Plano e Indicadores de Mercado – Jan a Dez/2013



O gráfico acima mostra que o Plano de Gestão Administrativa – PGA, superou ligeiramente o seu benchmark (meta de retorno), que é o CDI.

Rentabilidade bruta, aproximada do Plano ALEPEPREV e do PGA.

Plano ALEPEPREV - CNPB: 2008004856

| Segmento | Alocação | % de part. | Ano de 2013 | | | |
|--------------------|----------------------|----------------|--|------------------------|-----------------------|---------------------|
| | | | Custos Administrativo (adm dos recursos) | Despesas com Taxas Adm | Rentabilidade Líquida | Rentabilidade Bruta |
| Renda Fixa | 15.881.300,22 | 98,13% | 12.795,31 | 32.727,76 | -9,71% | -9,43% |
| Renda Variável | 302.265,00 | 1,87% | 243,53 | 3.865,29 | 22,50% | 23,86% |
| Consolidado | 16.183.565,21 | 100,00% | 13.038,84 | 36.593,05 | -9,07% | -8,76% |

Plano de Gestão Administrativa ALEPEPREV - CNPB: 9700000000

| Segmento | Alocação | % de part. | Ano de 2013 | | | |
|--------------------|---------------------|----------------|--|------------------------|-----------------------|---------------------|
| | | | Custos Administrativo (adm dos recursos) | Despesas com Taxas Adm | Rentabilidade Líquida | Rentabilidade Bruta |
| Renda Fixa | 2.581.822,36 | 100,00% | - | 7.428,04 | 8,08% | 8,37% |
| Consolidado | 2.581.822,36 | 100,00% | - | 7.428,04 | 8,08% | 8,37% |

Meta de retorno dos investimentos em 2013: INPC + 5,0% ao ano

Síntese da Situação Patrimonial

Com base na Demonstração do Patrimônio Social / DMPS, o patrimônio total do Plano ALEPEPREV, aumentou em 1,45% em 2013, se comparado com o exercício social de 2012.

A Demonstração do Ativo Líquido / DAL, que compõem o Ativo Líquido do plano previdencial do ALEPEPREV, resultou no montante de R\$ 16.174 mil, no final do exercício de 2013.

Através das Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido / DMAL, apresentou resultados negativos nos investimentos da Gestão Previdencial no exercício de 2013, no valor de (R\$ 1.589) mil, representando uma redução nas reservas matemáticas dos Participantes equivalente a (1,84%), em conformidade com o Demonstrativo do Ativo Líquido / DAL.

O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa / DPGA, apresentou um desempenho positivo na gestão administrativa nos exercícios de 2013 e 2012, nos valores de R\$ 2.545 e R\$ 1.973, respectivamente, resultando em um superávit de R\$ 1.572 mil, equivalente a um aumento de 28,99%.

Os resultados das gestões previdencial e administrativa suportam o crescimento patrimonial da Entidade, sempre buscando maximizar os recursos depositados pelos Participantes do Plano ALEPEPREV.





**Fundo de Previdência Complementar da
Assembleia Legislativa de Pernambuco
ALEPEPREV**

Rua da União, 349 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50050-010
Fone: (81) 3181.2138 | Fax: (81) 3183.2388 | www.alepeprev.org.br